



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RENATO DA SILVA

***PROJETO EDUCACIONAL NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE
DO SUL: os rastros das Brizoletas em Liberato Salzano***

**CHAPECÓ – SC
2019**

RENATO DA SILVA

***PROJETO EDUCACIONAL NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE
DO SUL: os rastros das Brizoletas em Liberato Salzano***

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau em Licenciatura em História da Universidade da Fronteira Sul. Orientadora: Professora Dr^a. Marilda Merênci Rodrigues.

CHAPECÓ - SC

2019

Resumo

Esta pesquisa inscreve-se no campo da história da educação, tendo por objeto de estudo as escolas denominadas popularmente de Brizoletas, no Município de Liberato Salzano, no período de 1958 a 1968. Para tal, aborda o projeto governamental *Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul*, meta do governador Leonel de Moura Brizola para erradicar o analfabetismo no estado. A metodologia utilizada contempla o trabalho com fontes primárias e análise documental de documentos produzidos nas escolas e para as escolas, abrangendo registros escolares, como Atas, Cadernos de Matrículas, Registros de Frequência, Atas de Exames, Termos de Visitas e Fotografias. Além disso, o estudo destaca as dificuldades de coleta e preservação das fontes históricas, dificultando a escrita da história das instituições escolares. A partir dos estudos realizados, conclui-se que as escolas foram criadas com o intuito de contribuir para o desenvolvimento urbano industrial do estado e que a presença dessas escolas representou uma marca de progresso e a chegada da educação pública no município.

Palavras-chaves: Brizoletas. *Nenhuma criança sem Escola no Rio Grande do Sul*. Liberato Salzano. História da Educação.

Abstract

This research is part of the history of education, with the purpose of studying the schools popularly known as Brizoletas, in the Municipality of Liberato Salzano, from 1958 to 1968. For this, it addresses the governmental project No Child Without School in Rio Grande do Sul, governor Leonel de Moura Brizola's goal to eradicate illiteracy in the state. The methodology used includes work with primary sources and documentary analysis of documents produced in schools and for schools, covering school records, such as Minute Books, Registration Notebooks, Frequency Registers, Exam Cards, Visits Terms and Photographs. In addition, the study highlights the difficulties of collecting and preserving historical sources, making it difficult to write the history of school institutions. From the studies carried out, it is concluded that the schools were created with the intention of contributing to the urban industrial development of the state and that the presence of these schools represented a mark of progress and the arrival of public education in the municipality.

Keywords: Brizoletas. No children without School in Rio Grande do Sul. Liberato Salzano. History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Escola Brizoleta, Distrito de Pinhalzinho. Parte Frontal (2018).....	17
Figura 2. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho. Fundos (2018).....	19
Figura 3. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho. Lateral (2018).....	19
Figura 3. Sala de Aula da Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho em 2018.....	20
Figura 4. Sala de Aula da Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho em 2018.....	20
Figura 5. Sala de Aula da Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho em 2018.....	21
Figura 6. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho. Lateral (2018).....	22
Figura 7. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho. Fachada (2018).....	22
Figura 8. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho . Fundos da escola atual (2018).....	23
Figura 9. Festa na Escola Brizoleta, Distrito de Pinhalzinho (aprox. 1961 ou 1962).....	24
Figura 10. Primeira Comunhão na Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho (aprox. 1961 ou 1962).....	24
Figura 11. Primeira Comunhão na Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho (aprox. 1961 ou 1962).....	25
Figura 12. Primeira Comunhão na Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho (aprox. 1961 ou 1962).....	26
Figura 13. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho 2018.....	27
Figura 14: Escola Rural Pinhalzinho Alto. (s.d).....	28
Figura 15: Escola da comunidade Pinhalzinho Alto de alvenaria. (s.d).....	29
Figura 16: Escola Brizoleta da Linha Três Município (s.d).....	29
Figura 17: Escola da comunidade Linha Três Município, posterior a derrubada da Brizoleta. (s.d).....	30
Figura 18. Livro de Classe (1966).....	31
Figura 19. Livro de Classe, Folha de Frequência (1966).....	32
Figura 20. Movimento de classe. (1961).....	33
Figura 21. Registro Escolar. Frequência diária. (1961 a 1963).....	34
Figura 22. Termo de abertura do livro de Frequência. (1961 a 1963).....	34
Figura 23. Caderno de Registro de Matrícula do ano 1961.....	37
Figura 24. Caderno de Registro de Matrícula (1963).....	38
Figura 25. Portaria de Autorização de Convênios entre a PMLS e MEC (1966).....	39
Figura 26. Portaria de Contratação de Professores para o DIMEP – 1966.....	40
Figura 27. Documento de Movimento da Classe - 1961.....	41
Figura 28. Documento de Movimento da Classe – 1962.....	42
Figura 29. Documento de Movimento da Classe – 1963.....	43
Figura 30. Documento de Movimento da Classe – 1965.....	44
Figura 31. Documento de Movimento da Classe – 1966.....	44

Figura 32. Documento Caderno de Matrícula, Registro de Frequência e Atas de Exames- e Termos de Visitas, de 1962 e 1963.....	46
Figura 33. Mapa ilustrativo de todas as escolas de Liberato Salzano:.....	57
Figura 34 Decreto da lei de mudança de nome da escola da Linha Xisto.....	58
.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 AS VICISSITUDES NA ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES.....	12
2.1 Preservação das fontes versus o apagamento da história das instituições escolares.....	16
2.2 As dificuldades encontradas no percurso da coleta das fontes e os tipos de fontes encontradas no local.....	35
3. AS BRIZOLETAS NO PROJETO EDUCACIONAL BRASILEIRO E OS SEUS RASTROS EM LIBERATO SALZANO.....	47
3.1 Os rastros das Brizoletas em Liberato Salzano.....	56
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
ANEXO A – Lei Nº 4713, de 03 de janeiro de 1964.....	64
ANEXO B – Lei Nº 4736, de 1º de junho de 1964.....	65
ANEXO C – Carta de Apresentação.....	66

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo identificar vestígios do Projeto educacional *Nenhuma Criança sem Escola no Rio Grande do Sul*, no município de Liberato Salzano, RS, a partir do surgimento das escolas denominadas popularmente de Brizoletas ou as escolinhas do Brizola.

O interesse pelo tema foi se constituindo mediante duas situações: a primeira, pelos debates nas aulas de Fundamentos da Educação, onde debatíamos sobre as poucas pesquisas realizadas por acadêmicos da UFFS do curso de História na área educacional. Esse debate foi ao encontro da minha curiosidade inicial de pesquisa, que era justamente sobre a descoberta do porquê de tantas escolas próximas uma das outras, nas comunidades do interior de Liberato Salzano RS, sendo que a grande maioria dessas escolas encontra-se abandonada. Desse modo, foi possível identificar que não era uma simples curiosidade e que poderia vir a se constituir num objeto de estudo, na área da história da educação, contribuindo, assim, para a ampliação do entendimento sobre a história da educação regional.

Conhecer a história que nos cerca é acima de tudo uma preservação da identidade cultural, é a construção de uma identidade crítica e pensante na sociedade, e, deste modo, pesquisar sobre a história da educação no Município de Liberato Salzano, pareceu-nos um caminho profícuo não apenas para conhecermos o que foi preservado na educação no âmbito do referido projeto educacional, mas também o que foi apagado, esquecido ou destruído.

Escrever sobre a história da educação no município de Liberato Salzano RS, consiste em reunir fragmentos de múltiplos documentos, que registram o período em que a educação se expandiu para o interior do Rio Grande do Sul, quando foram construídas escolas, por quase todas as comunidades do interior.

As escolas Brizoletas marcam a expansão da escola pública no governo de Leonel de Moura Brizola, que ao governar o Estado do Rio Grande do Sul de 1959 a 1963, foi responsável pela multiplicação das escolas através do projeto educacional *Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*.

Tal projeto resultou em uma significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do estado do Rio Grande do Sul, implicando a construção de prédios escolares, que se popularizaram como as *brizoletas* ou as escolinhas do Brizola; a contratação de professores e a matrícula de um significativo número de novos alunos no ensino público; processo que ainda sobrevive na memória de uma significativa parcela da população do Estado e que marcou positivamente o imaginário de realizações de Brizola. (QUADROS, 2003, p. 16).

Esse projeto veio a atender uma demanda no ensino público nas comunidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo quase todos os municípios do Estado, inclusive o município de Liberato Salzano, na época, Distrito de Constantina. Importante destacar que antes da criação da Lei que oficializou a criação do município, a Lei Nº. 4.713, de 3 de janeiro de 1964 estabeleceu em seu enunciado a autorização de realização de consulta plebiscitária (Anexos A e B), dispondo, dentre outras coisas, sobre a disposição e limites e sua localização, ao norte do Estado, a quarenta quilômetros de Palmeiras das Missões, a maior cidade da região.

Segundo o histórico do município o mesmo foi fundado por imigrantes italianos, oriundos das antigas colônias italianas de Sobradinho, Guaporé e Palmeiras das Missões. O primeiro morador local foi Marcolino Paiano, que ao fugir de perseguição política do município de Palmeiras das Missões, construiu residência no local, logo após chegaram mais migrantes em busca das terras férteis da região, formando uma vila que posteriormente se tornaria Município (PREFEITURA MUNICIPAL DE LIBERATO SALZANO, 2017). Essas famílias ocuparam o Município formando comunidades.

Com o passar do tempo, o número de famílias foi aumentando e migrando para o interior do município. Com o grande aumento populacional foram se formando novas comunidades cada vez mais distantes da então denominada “Vila Marcolino”, posteriormente chamada de “Liberato Salzano”.

Com o desenvolvimento do povoado carecia-se de uma instituição que demonstrasse a presença do estado, foi então que surgiram as escolas no município sanando essa necessidade. Dessa forma, o papel da escola está ligado a expansão e domínio do estado, considerando que o período era marcado por conflitos ideológicos que marcaram a história na educação do Rio Grande do Sul¹. Pode-se afirmar pelo percurso percorrido nesta pesquisa, que somente a partir de 1959 é que teve início a implantação de escolas públicas no município de Liberato Salzano, marcado pela chegada das Brizoletas.

Buscando responder as perguntas iniciais da pesquisa, especialmente sobre a importância das Brizoletas no município e as evidências históricas preservadas para nos contar sobre a história daquelas instituições escolares em Salzano Liberato, buscamos, inicialmente, diálogos informais com moradores do município. Através de conversas informais com pessoas que residiam nas comunidades do interior antes da chegada das Brizoletas, constatou-se que as aulas ocorriam em lugares cedidos por moradores das

¹ Nos referimos às perseguições políticas que ocorriam no período que antecedeu a ditadura militar brasileira.

comunidades ou nas igrejas católicas, de modo que nem todas as comunidades tinham aulas, porque dependia da boa vontade dos moradores local.

Apesar da pouca preservação de documentos daquela época, isto é, décadas de 1950 e 1960 do século XX, a escolinha como é chamada pela população local, ainda ecoa na memória das pessoas que por ela passaram. Basta apenas mencionar as Brizoletas, para perceber o carinho com que recordam desta época, relatando muitas vezes acontecimentos de sala de aula, como o professor agia, como era a organização da sala, recordações que fazem as pessoas voltarem em um tempo onde tudo era difícil, mas não precisava de muito para ser feliz, a exemplo da lembrança da mochila feita de bolsinha de açúcar, da merenda que era levada de casa, como pipoca, batata-doce, bolo de milho e as diversões no caminho para a escola, etc.

Apesar das décadas já passadas, as Brizoletas são lembradas como a chegada do progresso, decorrente de uma proposta política de campanha que tomou uma proporção imensurável, na política populista, do jovem político Leonel de Moura Brizola.

Com o presente estudo pretende-se contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a educação no município de Liberato Salzano, Rio Grande do Sul, de 1958 a 1968, investigar os rastros das construções escolares realizadas nesta época, evidenciando o aparecimento e o apagamento da história das Brizoletas.

No que se refere a metodologia de pesquisa, o presente estudo propõe uma análise qualitativa, utilizando como importantes instrumentos a revisão bibliográfica e o levantamento de fontes primárias sobre as Brizoletas, no município de Liberato Salzano, Rio Grande do Sul, que teve início em julho de 2018 (Anexo C). A estruturação das fontes recolhidas dependeu em grande medida da preservação dos documentos. Assim, foi necessário, inicialmente, descobrir os documentos escolares preservados, capazes de fornecer respostas sobre a organização escolar das Brizoletas, sua estrutura e comunidade escolar, a arquitetura dos prédios escolares, a composição do seu quadro de alunos e professores, a formação dos professores, a cultura escolar² e a preservação das fontes escolares.

Para a realização dos objetivos propostos buscou-se conhecer a história da educação local, entender a história do município e para tal, buscou-se fontes em todos os colégios que estavam em funcionamento, em todos os lugares onde havia indícios, como acervos pessoais de professores da época que atuaram nas escolas Brizoletas, e acervo de alunos que estudaram nas escolas, o que demandou uma aproximação das abordagens teórico-metodológicas sobre a

2. Para Dominique Julia (2001, p. 9), “A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

escrita da história das instituições escolares, que, no entendimento, de Nascimento; Sandano e Lombardi (2007, p. vii) derivam duas possibilidades: “uma que referencia a permanência no plano das aparências. A outra que busca atentar para as múltiplas determinações da realidade social”.

Para a revisão de literatura fizemos uma busca no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior. Para isso, utilizamos três descritores: Brizoletas; Nenhuma Criança Sem Escola e Educação no Rio Grande do Sul.

No que se refere aos Periódicos, quando buscamos pelos descritores Brizoletas e Nenhuma Criança Sem Escola, não foi possível localizar nenhum artigo que tratasse do tema em questão. Ao buscarmos pelo descritor *Educação no Rio Grande do Sul*, aparecem 12 resultados, entretanto, nenhum deles trata do período ou do tema em questão. Há, nesse caso, um trabalho na área de história da educação de Corsetti (2002) intitulado **Fontes para pesquisa da história da educação no Rio Grande do Sul na Primeira República**.

No âmbito das Teses e Dissertações, quando buscamos pelo Descritor Brizoletas, obtivemos 1 resultado. Trata-se da Dissertação de Mestrado de Claudemir de Quadros, intitulada **A Educação pública durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963) – Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul** (1999). Ao buscarmos pelo descritor Nenhuma Criança sem Escola no Rio Grande do Sul, obtivemos como resultado a dissertação citada anteriormente e a Tese de Doutorado de Maria Cristina de Souza Louzada, intitulada **Memórias e trajetórias de egressas das Escolas Normais Assis Brasil e São José em Pelotas/RS, no período do governo de Leonel Brizola (1959-1963)** (2018). Na busca pelo descritor Educação no Rio Grande do Sul, obtivemos 20 resultados entre as teses e dissertações, mas nenhuma trata do tema pesquisado.

Além dessa revisão, na tentativa de adquirir mais informações pesquisou-se na Base de Dados de Artigos científicos Scielo - Scientific Electronic Library Online, porém nada foi encontrado a respeito do tema.

Outros trabalhos sobre o tema foram encontrados via busca no *site* de buscas Google, por meio do qual encontramos dois trabalhos específicos sobre o tema, trata-se da monografia de conclusão de curso de graduação de Moraes (2014) e a monografia de especialização de Rodrigues (2015), entre outros trabalhos que nos ajudam a pensar a conjuntura histórica.

Na sequência, apresentamos um quadro dos Documentos encontrados nas Escolas de Liberato Salzano e outras fontes oriundas de acervos pessoais.

Quadro 1. Documentos encontrados nas Escolas de Liberato Salzano, do período de 1958 a 1968

ESCOLAS	CADERNO DE MATRÍCULA, REGISTRO DE FREQUÊNCIA E ATAS DE EXAMES E TERMOS DE VISITAS	REGISTRO DE FREQUÊNCIA	FOTOGRAFIA	RESGATE HISTÓRICO PATRIMONIAL MATERIAL E IMATERIAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
Escola Municipal Duarte da Costa	1	3		
Escola Estadual Estácio de Sá		6	1	1
Escola Estadual Estado de Pernambuco		2		
Escola Municipal Tomé de Souza				1
Escola Estadual Dr. Liberato Vieira da Cunha				1

Quadro 2. Fotografias e Documentos encontrados em acervos pessoais

ACERVO PESSOAL	FOTOGRAFIA	TRABALHO ACADÊMICO
Professora Aposentada Esne Pasa	4	
Marli T. Peliciolli Ascoli		1

Do conjunto de leituras realizadas, inicialmente, pode-se perceber o projeto educacional em tela como uma resposta ao analfabetismo e a inexistência de escolas, especialmente nas pequenas cidades e comunidades do interior num contexto em que a expansão da educação primária ainda não havia sido concretizada.

O presente trabalho tem como objetivo geral conhecer a história das instituições escolares construídas durante o governo de Leonel de Moura Brizola no município de Liberato Salzano. Para se atingir o mesmo, fez-se necessário a busca de fontes primárias junto às escolas do município e estudar o projeto educacional *Nenhuma Criança sem escola no Rio Grande do Sul*, buscando conhecer o contexto educacional no qual se encontrava o país e o estado do Rio Grande do Sul no período em estudo.

Elegemos como recorte temporal o período de 1958 a 1968. A delimitação desse período considera o período do governo Brizola, que teve seu início em 1959 até 1963; o

período em que ocorre a emancipação política do município de Liberato Salzano, em 1964 e a datação das fontes encontradas.

O trabalho está organizado da seguinte forma no primeiro capítulo introdutório, apresentamos o tema, objetivos da pesquisa e aspectos teórico-metodológicos.

No segundo capítulo, intitulado *As Vicissitudes na escrita da história da Educação e das Instituições Escolares*, abordamos as definições de fonte para a história da educação, o caminho percorrido para encontrar as fontes que subsidiam essa pesquisa, evidenciando, sobretudo, a dificuldade de coleta e preservação das fontes e a desconstrução das escolas Brizoletas na tentativa de apagamento das mesmas, no Município de Liberato Salzano.

No terceiro capítulo, *As Brizoletas no Projeto Educacional Brasileiro*, apresentamos um breve histórico da educação brasileira e Rio-grandense, situando alguns elementos contextuais. Apresentamos o projeto educacional *Nenhuma Criança sem Escola no Rio Grande do Sul*, situando aspectos sobre o seu surgimento, quais eram as suas metas, como foi desenvolvido, e, quantas escolas foram construídas através deste projeto no município de Liberato Salzano.

No capítulo seguinte, intitulado *Os Rastros das Brizoletas em Liberato Salzano*, apresentamos elementos que denotam a importância e apagamento dessas instituições no município, pontuando elementos que evidenciam o que ficou desta época em que as escolas foram muito mais do que um simples espaço de educação, as escolas construídas neste período representavam a presença do estado em lugares distantes das cidades grandes e a chegada do progresso a lugares esquecidos pelos mesmos. Neste capítulo, procuramos identificar elementos presentes nas fontes/documentos recolhidos, que nos contam um pouco sobre a história dessas escolas no município.

Por fim, apresentamos as considerações finais, sinalizando para a pouca documentação preservada sobre o tema em estudo e as dificuldades de coleta e sistematização. Concluimos que a presença dessas escolas no município representou uma marca de progresso e a chegada da educação pública no município.

2 AS VICISSITUDES NA ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Quando se fala em vicissitude é necessário levar em consideração o significado da palavra e os seus sinônimos. De acordo com o Dicionário de Sinônimos Online (2019), os significados de vicissitude podem estar associados a quatro conjuntos de sentidos: no primeiro, à inconstância e instabilidade das coisas; no segundo, à variação decorrente de instabilidade; no terceiro, ligado a acontecimento imprevisível, no quarto, à circunstância contrária ou desfavorável. Esse conjunto de significados diz muito sobre o processo de busca de fontes para a escrita da história da Educação em Liberato Salzano, bem como, sobre o processo histórico de implantação dessas escolas no município e de posterior destruição, abandono e apagamento das histórias dessas instituições.

Assim, relaciona-se ao conjunto de acontecimentos que afetaram a população Salzanense, no final da década de 1950 e na década de 1960, fatos esses que ficaram marcados na história desse povo no âmbito educacional, com a construção das primeiras escolas no interior, implantadas através do projeto governamental *Nenhuma Criança sem Escola no Rio Grande do Sul*. Vicissitudes também estão relacionadas a outro fato marcante, após o início da ditadura militar, à derrubada das escolas de madeira, as Brizoletas, e a construção, no local, de outros prédios de alvenaria com outras características.

Essa instabilidade de fatos que ocorreram em um período curto na história da educação de Liberato Salzano, bem como a curiosidade em pesquisar o motivo que levou a construção de tantas escolas próximas umas das outras nas comunidades do interior do município, e como se dava o processo de formação de professores que trabalharam nessas escolas, foi o que levou a escolha do tema de pesquisa.

Nesse capítulo abordaremos as definições de fonte para a história da educação, o caminho percorrido para encontrar as fontes que subsidiam essa pesquisa, evidenciando, assim, as Brizoletas no Município de Liberato Salzano através das fontes encontradas.

Em linhas gerais, podemos dizer que fontes são tudo aquilo que se produz ou se produziu em um determinado período; são de onde o historiador bebe para produzir no presente, relação com o passado. Para ter acesso ao passado, o historiador necessita da fonte, para evidenciar no presente o que ocorreu no passado, mesmo que esse passado seja distante há várias gerações, como explica Bloch (2001):

Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos, portanto falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhecesse os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente "indireto". (BLOCH, 2001, p. 69).

Mas, do que exatamente estamos falando? Os historiadores indiretamente “reconstroem” o passado. As fontes dão o testemunho para que essa reconstrução seja a mais fiel possível. Segundo Orso (2013, p. 36) “são os meios utilizados pelos historiadores para se apropriar de uma realidade que ‘já não existe’ e produzir determinadas explicações históricas”.

Para produzir tais explicações históricas, o passado funciona como uma ferramenta analítica, no qual, de acordo com Paulino José Orso (2013, p. 36) “voltar-se para o passado é a condição para construir um futuro com segurança”. Seguindo essa linha de raciocínio, devemos olhar para o passado como um espelho retrovisor do futuro, e assim construir um futuro mais sólido. Para solidificar o que está por vir, se faz necessário buscar afirmação no passado, essa solidificação se dá através das fontes, das evidências históricas, ferramenta principal para estudar o passado e produzir novas pesquisas.

‘Fatos históricos’, são os fenômenos materiais, as coisas que acontecem aos homens: os acontecimentos. Ora, estes são dificilmente previsíveis, jamais idênticos em seus detalhes e de importância infinitamente variada: acontece-lhes afetar todos os homens, mas podem, também, reduzir-se a um simples gesto, a uma palavra. São estritamente localizados no tempo e no espaço e, se muitas vezes o homem e seu autor consciente, com muito maior frequência é ele sua vítima ou seu beneficiário involuntário. (GLENISSON, 1983, p.124).

Ou seja, fatos históricos são acontecimentos do passado em que o homem, causador de um fenômeno irreversível e impossível de repetição, por mais que se deseje repetir um fato não é possível, a cada repetição se torna um novo fato.

Pode-se definir um fato histórico de três formas no tempo: imediato, médio (conjuntural) e a longa duração. Na presente pesquisa, o fato histórico a ser estudado são as Brizoletas, que em um determinado período mexeu com a educação no Rio Grande do Sul e com a vida de muitos homens, mulheres e crianças. Podemos situar esse fato histórico na média duração, pois se trata de um projeto governamental que impactou na sociedade rio-grandense, em quase todos os municípios.

Para abordar o tema Brizoleta, pesquisamos em vários locais onde haviam indícios de que poderiam conter documentos pertinentes ao tema. Para selecionar esses documentos foi necessário entender o que é considerado documento para a história, portanto, buscou-se referências estudadas no componente curricular Iniciação aos Estudos Históricos para melhor compreensão. Nesse sentido, torna-se importante o entendimento do historiador Marc Bloch (apud GLENISSON, 1983, p. 136):

A despeito do que parecem imaginar, por vezes, os principiantes, os documentos não surgem, aqui ou lá, como resultado de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência, em tal fundo de arquivo, em tal biblioteca, em tal solo, prendem-se a causas humanas que de maneira alguma escapam à análise e os problemas derivados de sua transmissão, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, dizem respeito em si mesmo ao mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra posto em jogo, assim, nada menos é do que a passagem da lembrança através das gerações.

Os documentos são vestígios de tudo o que foi tocado pelo homem, são fontes de informação e análise que tornam o documento o objetivo da história e dá razão ao trabalho do historiador, sendo assim só existe história a partir do documento, e esse documento é construído através da passagem do homem que deixa seus rastros marcados no tempo. De acordo com Saviani (2006),

Fonte é uma palavra que apresenta, via de regra, duas conotações. Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender. Além disso, a palavra fonte também pode se referir a algo que brota espontaneamente, “naturalmente” e a algo que é construído artificialmente. Como ponto de origem, fonte é sinônimo de nascente que corresponde também a manancial o qual, entretanto, no plural, já se liga a um repositório abundante de elementos que atendem a determinada necessidade. (SAVIANI, 2006, p.28).

Para essa pesquisa os documentos a serem analisados são fontes encontradas nas escolas em funcionamento no município de Liberato Salzano, que podem ser classificados como registros escolares, sob as seguintes denominações: Caderno de Frequência e Registro de Matrícula, Livros de Atas e Fotografias da época. Enfim, rastros deixados pelo homem, e como nos lembra Marc Bloch (2002, p. 54):

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o

plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

Orso (2013), também reconhece essa linha de raciocínio, quando fala da história da educação.

[...] não existe uma história da educação no sentido estrito, como se ela estivesse à parte do conjunto da história geral. Só podemos falar de uma história da educação de uma forma didática, pois, na verdade, temos uma única história: a do homem, da sociedade, [...]. Desse modo criamos inúmeros problemas para compreender a história da educação como a própria sociedade. (ORSO, 2013, p. 37).

Esses problemas apresentados por Orso (2013) para compreender a história da educação, como a própria sociedade, ficou evidente na busca de fontes nas escolas. A história da educação do município de Liberato Salzano e a história da sociedade salzanense estão ligadas, pois, de forma semelhante, tratam história dos homens e de seus interesses econômicos e políticos.

Conforme o Livro Ata da escola Duarte da Costa (1961), a educação no interior do município de Liberato Salzano, na linha Peixe Baixo, ocorria em espaços cedidos por moradores da comunidade e nas igrejas, não recebendo a devida atenção do estado. Somente a partir de 1959, quando Leonel de Moura Brizola torna-se governador do Estado, é que se cria um projeto voltado para a escolarização popular, projeto este que tinha como lema “*nenhuma criança sem escola*”, com o objetivo de levar a educação a todas as crianças do Rio Grande do Sul, tendo por meta alfabetizar todas as crianças entre sete e quatorze anos. Para cumprir essa meta, era necessário construir escolas próximas das crianças, esta seria, pois, a explicação para o porquê da construção de escolas próximas, sendo que cada comunidade foi contemplada com uma escola.

Na busca por fontes, nas escolas do município de Liberato Salzano - RS, foi possível compreender as Brizoletas como um marco importante e o compreendemos como fundante da educação pública no município. A busca pelas fontes não foi fácil, porém, muito gratificante. O processo de busca e coleta foi realizado em todas as escolas que estão em funcionamento no município, contudo, pouca documentação foi encontrada.

A pouca documentação encontrada pode ser explicada não por ter sido produzido pouco material na época, mas pela preservação de maneira inadequada, sem dar a devida

importância aos documentos antigos das escolas, muita documentação acabou sendo queimada, segundo relatos de professores das escolas, onde estive.

2.1 Preservação das fontes versus o apagamento da história das instituições escolares

No caminho percorrido em busca das fontes alguns percalços ocorreram; buscas sem respostas, muitos quilômetros percorridos, desconhecimento do tema Brizoleta por algumas pessoas, informações que não condiziam com a pesquisa, trabalhos sobre o município cujo acesso não foi concedido. Porém, nessa busca por fontes muitas pessoas se dispuseram a ajudar, demonstraram interesse em conhecer mais sobre as Brizoletas e ofereceram ajuda para encontrar material que fosse pertinente à pesquisa.

As fontes encontradas evidenciam que o auge das Brizoletas se deu durante o governo Brizola. Após o início do regime militar, houve um processo de apagamento dessas escolas no município. Por meio de conversas informais com pessoas que participaram e participam da gestão da educação no município, foi possível apreender que inúmeras escolinhas de madeira, construídas durante o governo Brizola, foram derrubadas e substituídas por escolas de alvenaria, restando apenas uma no município, que, a pedido do atual Secretário da Educação, foi preservada. Contudo, essa escola deveria sair do lugar de origem e ser reconstruída nos fundos do terreno. Através desse pedido, se preservou a única escola Brizoleta do município, que mantém as características propostas no Projeto *Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*. Essa escola está localizada na comunidade de Pinhalzinho, Distrito de Liberato Salzano, como pode ser visualizada na figura seguinte:

Figura 1. Escola Brizoleta, Distrito de Pinhalzinho. Parte Frontal (2018).



Fonte: acervo autor.

Essa escola é a única Brizoleta no Município de Liberato Salzano que resistiu ao tempo e às inúmeras mudanças políticas que ocorreram no cenário nacional, estadual, e municipal.

Em âmbito estadual, Moraes e Marinho (2017, p. 622) nos informam que “existem Brizoletas ativas pelo Rio Grande do Sul, mas nem todas atuam como escolas. Pode-se notar dificuldades para obtenção de verbas para sua manutenção, com algumas decaindo a cada ano, tornando-se perigosas para os usuários que a frequentam”.

As referidas autoras destacam que em outras cidades como Barra Funda, houve um trabalho de resgate da história das Brizoleta no município e que, atualmente, a escola foi reformada. Em Passo Fundo, também houve um trabalho de restauração e, no local, hoje desenvolve-se uma série de projetos com a comunidade. Na cidade de Gramado, há um processo de tombamento como patrimônio cultural de duas Brizoletas. No Vale do Caí, ainda existe uma Brizoleta em funcionamento, “ela é usada como espaço utilitário da escola, servindo como sala da direção, sala dos professores, biblioteca e audiovisual” (MORAES e MARINHO, 2017, p. 622). Destacam também que em Erechim

há uma Brizoleta exatamente como foi construída 53 anos atrás. A Escola Estadual preserva suas características iniciais e possui duas salas de aula, secretaria, sala de

informática, refeitório, biblioteca e sala de vídeos. Com 180m² em uma área de 40 mil m² a escola possui onze alunos matriculados do 1º ao 5º ano. Durante as férias, alunos, ex-alunos e a comunidade auxiliam na manutenção para que todos possam utilizar o espaço. (MORAES; MARINHO, 2017, p. 622-623).

Citam ainda outras cidades gaúchas onde existem Brizoletas em funcionamento, é o caso de Mato Perso, Rincão Del Rey, Rodeio Bonito, Saltinho e Guaporé.

Em Liberato Salzano, mesmo com a mudança de local, buscou-se preservar as características da arquitetura da escola: composta de duas salas, uma grande, onde eram ministradas as aulas, outra sala pequena. Uma característica importante, conforme ressalta Quadros (2001), diz respeito à arquitetura das escolas, cujos “prédios escolares eram construídos às margens de estradas ou voltados para a rua, característica da arquitetura que pode servir para facilitar o acesso ou indicar que a escola está aberta para receber um mundo novo, o ‘mundo de lá, da cidade’” (QUADROS, 2001, p. 5). Além do mais, a arquitetura era muito mais do que um simples estilo de construção. Pode-se afirmar que

A arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que seja, por si mesma bem explicitada ou manifestada. A localização da escola e sua relação com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. (FRAGO e ESCOLANO, 1998 apud QUADROS, 2001, p. 6).

Podemos dizer que a arquitetura não buscava imponência, mas sim simplicidade, porém responsável por um majestoso trabalho, o de levar a educação para os municípios menores, que até então eram esquecidos pelo governo.

Na fotografia a seguir, podemos visualizar a única Brizoleta preservada no município de Liberato Salzano. Esta imagem refere-se a parte dos fundos da Brizoleta.

Figura 2. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho. Fundos (2018)



Fonte: acervo do autor.

As sete janelas da escola deixam as salas bem arejadas e com bastante iluminação. Atrás da antiga Brizoleta está localizada a horta do Colégio Estado de Pernambuco, onde se plantam verduras dos mais diferentes tipos, além de chás, como cidreira e alecrim e outras culturas como milho mandioca e batata doce.

Figura 3. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho. Lateral (2018)



Fonte: acervo do autor.

A escola está se deteriorando com o passar do tempo, sem receber atenção, a história está se perdendo, as tábuas estão apodrecendo, as abas caindo, a tinta sumindo e a escolinha morrendo lentamente.

Figura 3. Sala de Aula da Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho em 2018.



Fonte: acervo autor.

As salas já não recebem alunos, servem apenas para armazenamento de materiais de diferentes natureza. A sala onde era ministrada aula, hoje acolhe abóbora, colhida na horta ao lado, lâmpadas fluorescentes, carteiras, cartazes, entre outros, conforme podemos observar nas figuras 7 e 8.

Figura 4. Sala de Aula da Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho em 2018.



Fonte: acervo do autor.

Figura 5. Sala de Aula da Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho em 2018.



Fonte: acervo do autor.

Na sala menor, estão guardados materiais de limpeza diversos, caixas plásticas, latas de lixo, armário, caixa de papelão, centrífuga, sacos de rafia, mimeógrafo, armários e algumas cadeiras.

A imagem a seguir é mais fotografia da Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho em 2018, está tirada em diagonal onde é possível ter uma noção do tamanho que é a escola, assim como o quão está esquecida pela comunidade local.

Figura 6. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho. Lateral (2018)



Fonte: Acervo do autor.

Essa é a parte lateral da escola voltada para a horta. O sol deteriorou toda a tinta, e está castigando a madeira.

Figura 7. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho. Fachada (2018)



Fonte: acervo do autor.

A fachada da escola apresenta alguns vidros quebrado, tábuas caídas, as escadas estão bem danificadas, mas, a beleza da arquitetura da Brizoleta é evidente em seus traços originais. O telhado está em perfeita condição.

Figura 8. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho . Fundos da escola atual (2018).



Fonte: acervo do autor.

O contraste da antiga escola nos fundos da escola atual demonstra o inverso do Projeto idealizado por Leonel Brizola, onde a Brizoleta era vista como a chegada do progresso para a comunidade do interior. Com a mudança de local, mesmo preservando sua arquitetura, há a descaracterização das suas intenções originais e a tentativa de apagamento da história.

As fotografias podem ser um importante registro histórico, permitem lançar um olhar focado. Para Leite (2009, p. 346), “[...] a fotografia permite essa análise muito mais profunda, e em alguns casos essa análise é obtida por uma ampliação da fotografia, porque a fotografia é redução da realidade. Você pega uma coisa de três dimensões e reduz para duas”. Infelizmente não encontramos muitos registros fotográficos das Brizoletas no município. Algumas fotografias, foram obtidas por meio de acervos pessoais. É o caso das imagens que seguem, disponibilizadas pela professora aposentada, Esne Pasa. Tais imagens nos permitem perceber alguns aspectos cotidianos de uma Brizoleta no município de Liberato Salzano, no ano de 1961 ou 1962, data aproximada do registro fotográfico.

Figura 9. Festa na Escola Brizoleta, Linha Peixe Baixo (aprox. 1961 ou 1962).



Acervo: Professora Esne Pasa.

Figura 10. Primeira Comunhão na Escola Brizoleta, Linha Peixe Baixo (aprox. 1961 ou 1962).



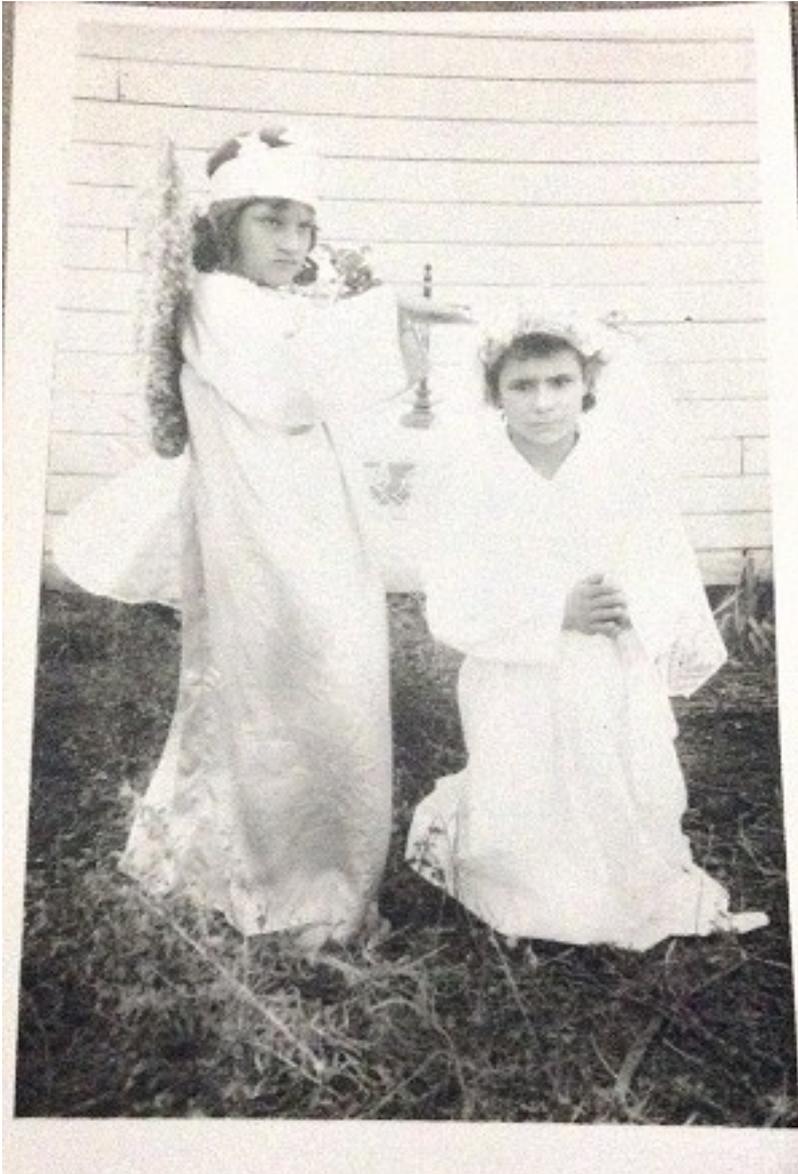
Acervo: Professora Esne Pasa.

Figura 11. Primeira Comunhão na Escola Brizoleta, Linha Peixe Baixo (aprox. 1961 ou 1962).



Acervo: Professora Esne Pasa.

Figura 12. Primeira Comunhão na Escola Brizoleta, Linha Peixe Baixo (aprox. 1961 ou 1962).



Acervo: Professora Esne Pasa.

Figura 13. Escola Brizoleta, Distrito Pinhalzinho 2018.



Fonte: acervo do autor.

Esta fotografia mostra o Colégio Estado de Pernambuco, em frente à Brizoleta que fora preservada, contraste de uma história importante para alguns, especialmente para as pessoas que vivenciaram aquela época, e para outros, principalmente os mais jovens, desconhecida e apagada. É importante no contexto da história resgatar um pedaço do passado, mesmo que mal preservado, a fonte histórica está presente em Liberato Salzano, e pode-se dizer que os rastros das Brizoletas ainda estão presentes no Município.

Desconhecida por muitos, porque a história das Brizoletas no Município de Liberato Salzano sofreu um apagamento, muita documentação foi queimada, uma forma de maquiagem a história e deixar um novo legado após o início da ditadura militar, com a tentativa de impor uma nova ideologia política. A confirmação deste fato ocorre com a derrubada das 36 escolas oriundas do projeto do governo Brizola e a construção de novas escolas já no regime militar.

No município de Liberato Salzano, notou-se que houve uma tentativa de apagamento do fato histórico Brizoletas, especialmente após o início da Ditadura Militar. Houve a notória desconstrução das escolas de madeira e a construção das escolas de alvenaria no mesmo local. A tentativa de apagamento da história é nítida, inclusive no texto publicado atualmente no *site* da Prefeitura Municipal de Liberato Salzano, onde é possível ler a seguinte síntese:

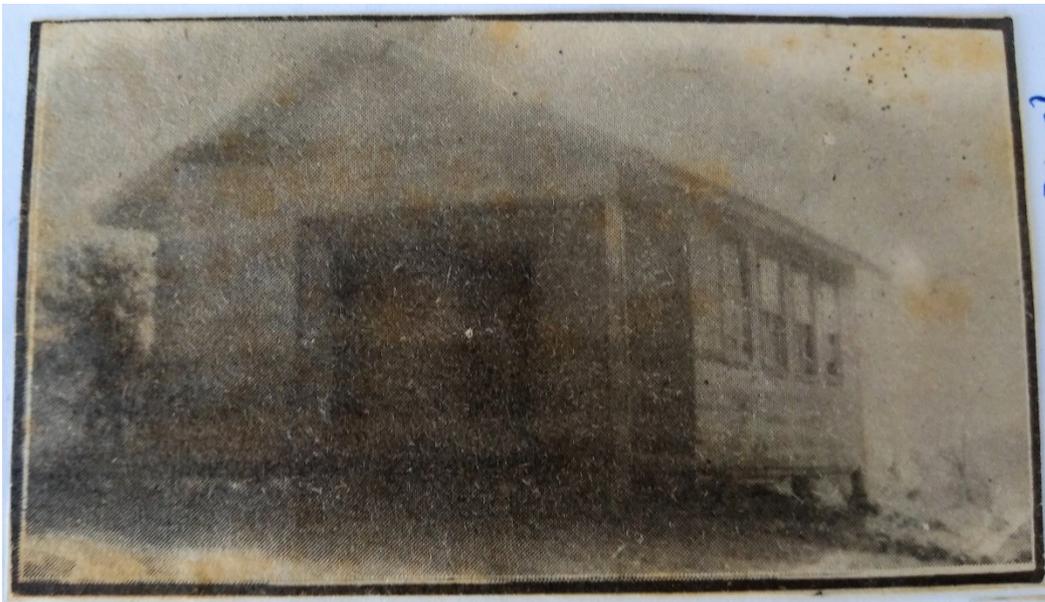
O ensino, a educação e a religiosidade também foram um reflexo do desenvolvimento trazido pela colonização. Assim, por volta de 1940, junto à primeira capela construída na comunidade, a qual foi dedicada à devoção de São Roque, foi construída a primeira escola, sendo sua primeira professora Mauríli Correia. A escola funcionou nesse local até ser construído o Grupo Escolar, onde hoje é a Rua Voluntários da Pátria. A partir da emancipação político-administrativa do município, iniciou-se um processo mais organizado em relação às questões educacionais atreladas ao município. O desenvolvimento da educação é um reflexo do desenvolvimento ocorrido nos últimos anos e uma preocupação da Administração

Municipal para atender as demandas que são crescentes. O município já chegou a contar com 37 escolas, das quais 35 eram de alvenaria e 2 de madeira, todas elas oferecendo condições para o processo de construção do conhecimento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE LIBERATO SALZANO, 2019).

Note-se que o texto cita a existência de apenas duas escolas da rede municipal, de madeira, e 35 escolas de alvenaria, informação que não se sustenta, pois as primeiras escolas do município eram de madeira. A prova dessa contradição são as fotografias levantadas durante a pesquisa de campo, mesmo sendo feitas apenas nos colégios que estão em funcionamento, foram encontrados documentos e fotografias que desmentem o histórico do município. Como segue a baixo algumas fotografias das escolas construídas na vigência do Projeto Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul, ou nas escolas do Brizola como eram também chamadas. Outro aspecto que evidencia esse apagamento é o salto temporal presente no texto publicado no site oficial da Prefeitura do Município, que demonstra uma lacuna no campo educacional de 1940 até 1964, ano da emancipação de Liberato Salzano.

Na imagem abaixo, vemos a fotografia de uma escola que foi construída durante o programa do Brizola.

Figura 14: Escola Rural Pinhalzinho Alto. (s.d)



Fonte: acervo pessoal Marli T. Peliciolli Ascoli (1998)

Já, na sequência, aparece a escola construída de alvenaria durante o período da ditadura militar, na Linha Pinhalzinho Alto.

Figura 15: Escola da comunidade Pinhalzinho Alto de alvenaria. (s.d).



Fonte: acervo pessoal Marli T. Peliciolli Ascoli (1998)

A Linha Três Município também foi contemplada com uma Brizoleta, como demonstra a figura abaixo.

Figura 16: Escola Brizoleta da Linha Três Município (s.d.)



Fonte: acervo pessoal Marli T. Peliciolli Ascoli (1998)

Assim como as demais escolas do município, durante o regime militar foi substituída por uma de alvenaria.

Figura 17: Escola da comunidade Linha Três Município, posterior a derrubada da Brizoleta. (s.d).



Fonte: acervo pessoal Marli T. Peliciolli Ascoli (1998)

A comparação entre as escolas Brizoletas e as escolas de alvenaria representam os dois lados da moeda: o início da educação pública no município de Liberato Salzano durante o governo Brizola, e o outro, a desconstrução das Brizoletas durante a ditadura militar e a construção das escolas de alvenaria na tentativa de apagamento da história, sendo que das 37 escolas de madeira no município, restou apenas uma, mas esta também sofreu mudança de local.

A preservação das fontes históricas das escolas nunca foi, nem é do interesse de muitos gestores escolares; alguns por não terem interesse, outros, simplesmente, por não disporem de espaços ou formação.

A preservação das fontes históricas é feita de forma inadequada em todos os colégios do município de Liberato Salzano. Não há espaço disponibilizado especificamente para o arquivo das escolas, apenas alguns armários onde estão colocados os materiais antigos das escolas, ou futuras “fontes”, se assim forem alçadas mediante o olhar interrogador do pesquisador. Nesse processo de pesquisa, percebeu-se que pouca importância é dada às fontes

e que, muito da história da educação, bem como da história da comunidade salzanense se perdeu com o passar do tempo, por negligência do poder público e dos próprios professores, que não demonstraram interesse em preservar a história local.

Na procura pelas fontes, buscou-se na secretaria da educação do município documentos que dessem suporte à pesquisa sobre as Brizoletas no município. Nesta busca não se encontrou documentações sobre as escolas que já haviam encerrado suas atividades curriculares.

Nesse primeiro momento, foi espantoso perceber que todos os funcionários presentes desconheciam o tema “brizoletas”. No decorrer da busca, um dos professores indicou o arquivo morto do município, mas ressaltou que provavelmente encontraria pouca documentação, visto que, suas experiências em outra escola do município, já indicariam uma prática comum no município, qual seja, a queima de significativa quantidade de materiais antigos nas escolas.

O relato sobre a queima de documentos, ou possíveis “fontes”, foi recorrente em quase todas as escolas por onde procuramos fontes históricas. No Distrito do Pinhalzinho, na escola Estado de Pernambuco, foram encontrados pouco materiais. Sobrevivente à prática recorrente da queima de papéis antigos, apenas dois Livros de Classe correspondentes aos anos de 1966 e 1967 que foram guardados.

Figura 18. Livro de Classe (1966).



Fonte: Acervo colégio Estado de Pernambuco.

Nesse documento contêm anotações gerais, que são registros de matrícula dos anos de 1966 e 1967, folha de frequência diária dos alunos. Ao analisar esses documentos se percebe que havia uma divisão entre meninos e meninas, a escola funcionava no sistema de classes multisseriadas, havendo mais de uma turma por sala de aula.

Figura 19. Livro de Classe, Folha de Frequência (1966)

Fonte: Acervo colégio Estado de Pernambuco.

Na escola Tomé de Sousa, na Linha Via Barca, hoje localizada no Bairro Flórida, não havia documentos que abrangessem o recorte temporal dessa pesquisa. O documento mais antigo era de 1990. Já na escola Estácio de Sá, da Linha Xisto, uma história interessante ocorreu durante a pesquisa. Descobriu-se que os documentos não foram queimados por pouco sendo arquivados a pedido do diretor da escola. Um dos documentos encontrados foi o de Movimentação da classe da professora Ione Maria Costa, nos anos de 1961, 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966 onde constata o número de dias letivo, os movimentos da classe, bem como a quantidade de alunos, o número de evasão, quantos compareciam nas provas, como mostra a figura abaixo:

Figura 20. Movimento de classe. (1961)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS
1961

REGIAO ESCOLAR 4^o ENTRANCIA LISTA
UNIDADE ESCOLAR Escola Rural
ENDEREÇO DA ESCOLA _____ FONE _____
CLASSE 3^o
REALIZOU PROVA DE 2^o ANO
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA: 1 TURNOS.
FUNCIONAMENTO DA CLASSE DURANTE O ANO 200 DIAS
TEMPO DE REGENCIA DE CLASSE DA PROFESSORA 200 DIAS
PROFESSORAS QUE REGERAM A CLASSE DURANTE O ANO (N.º): 1
LOCALIDADE S. Vista Constantina DATA 14

MOVIMENTO DA CLASSE		
	N.º	Percent.
1. MATRICULA GERAL	13	
2. EVASAO	4	
3. MATRICULA REAL	11	
4. COMPARECIMENTO AS PROVAS FINAIS	10	
5. NÃO COMPARECERAM AS PROVAS FINAIS	1	
6. TOTAL DE SUFICIENTES	3	
7. TOTAL DE INSUFICIENTES	8	
8. SUFICIENTES EM LINGUAGEM	3	
9. SUFICIENTES EM MATEMÁTICA	3	
10. SUFICIENTES EM ESTUDOS SOCIAIS	1	
11. SUFICIENTES EM CIENCIAS NATURAIS	8	
12. NÃO ALFABETIZADOS		
13. PERCENTAGEM DE SUFICIENCIA SOBRE A MATRICULA REAL	20%	
14. PERCENTAGEM DE SUFICIENCIA SOBRE O COMPAR. AOS EXAMES	25%	

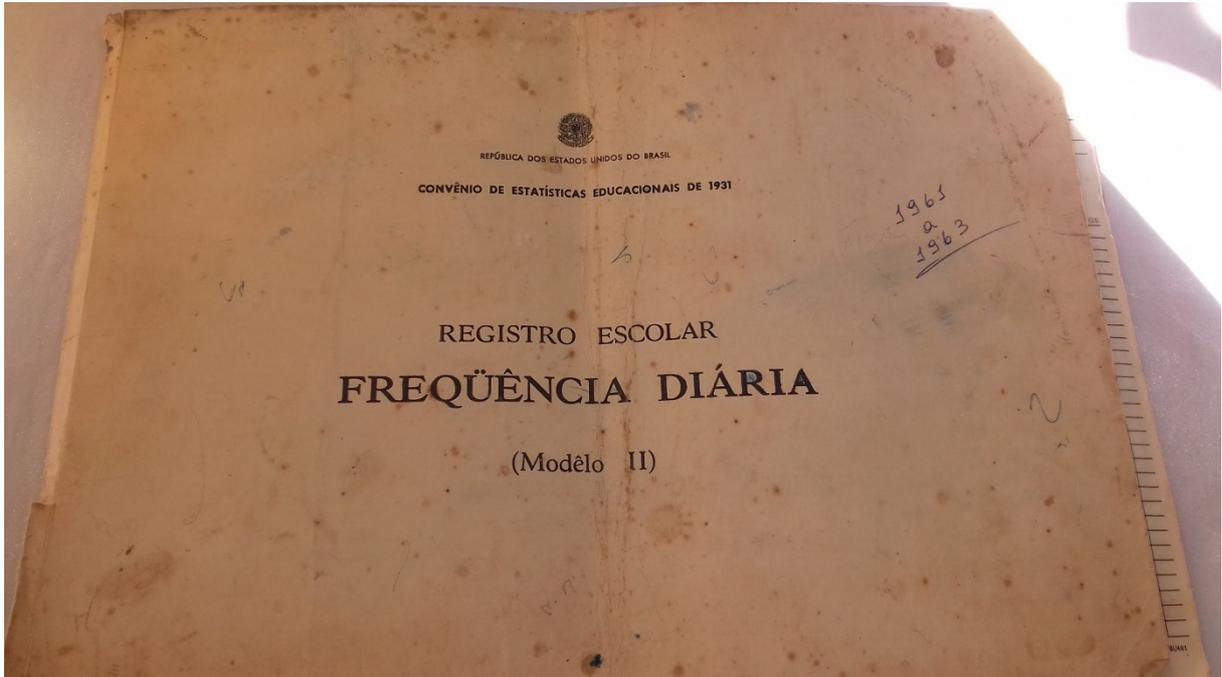
SUFICIENCIA POR PARTES NAS PROVAS FINAIS					
LINGUAGEM				MATEMÁTICA	
Partes	N.º de sufic.	Partes	N.º de sufic.	Partes	N.º de sufic.
Escrita	6	Gram. Func.	5	Problemas	5
Exercícios	5	Composição	3	Exercícios	8
Estado	8			Cálculos	6

Assinatura da Professora Inês Maria Costa
Assinatura da Diretora _____

Fonte: Acervo Escola Estácio de Sá.

No processo de busca no Colégio Duarte da Costa, da Linha Peixe Baixo, não houve relato de queima de documento, porém, como em quase todos os colégios do município de Liberato Salzano, não se tem uma preocupação com a preservação dos documentos, os documentos estão armazenados em um armário, numa sala pequena, junto com os materiais de limpeza e materiais esportivos. Nessa escola, encontramos um acervo importante, constituído de Registros de Frequência dos anos de 1961 a 1963.

Figura 21. Registro Escolar. Frequência diária. (1961 a 1963).



Fonte: Acervo Escola Duarte da Costa, 2018.

Figura 22. Termo de abertura do livro de Frequência. (1961 a 1963).

TERMO DE ABERTURA

CONTEM o presente livro 40 folhas, devidamente numeradas, e servirá para registro da **FREQUÊNCIA DIÁRIA** da cadeira: _____ (indicar a classe que constitui a cadeira) do Curso: 1º ano 2º ano

da Escola: Santa Rita

sita à rua: Marcelino Riboli n.º _____

na cidade (vila ou localidade de): _____

no distrito de: Liberato Salzano

do município de: Constantina

Data: 25.4.1961

Marcelino Riboli
(Assinatura do Diretor ou responsável pela Escola)

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR:

data: _____

assinatura: Helena Maria Taregim

cargo: Professora

AVISO IMPORTANTE

Este livro faz parte do arquivo da Escola mencionada no presente termo de abertura. O professor, quando se afastar da regência da cadeira, por qualquer motivo, não deverá, portanto, levá-lo em seu poder e sim entregá-lo ao Diretor ou responsável pela Escola.

Fonte: Acervo Escola Duarte da Costa, 2018.

No colégio Doutor Liberato não encontramos documentos referentes às escolas no período das Brizoletas. Dentre seus documentos tivemos acesso ao Projeto Político

Pedagógico da Escola, que, embora apresente um breve histórico do município, não se constitui em fonte para esta pesquisa, visto que, a referida escola foi criada após o período histórico abrangido nessa pesquisa.

2.2 As dificuldades encontradas no percurso da coleta das fontes e os tipos de fontes encontradas no local

Para realizar o presente trabalho, a principal dificuldade encontrada foi percorrer todas as escolas que estavam em funcionamento no município de Liberato Salzano, percurso esse que se tornou dificultoso pela localização geográfica das escolas, além da pouca importância dada aos materiais históricos e, ainda pouca informação fornecida na Secretaria de Educação.

Além disso, outra importante dificuldade encontrada diz respeito à perda de documentos e o conseqüente apagamento da história das antigas escolas que foram fechadas. Pouca documentação sobre o período histórico em estudo foi encontrada. Não obtivemos informações seguras sobre a destinação dos documentos relativos ao período de 1959 até 1968. O que existe, de fato, são indícios de que muitos documentos tenham sido queimados após o fechamento das escolas.

Conforme já informamos anteriormente, as fontes encontradas nas escolas não representam um conjunto sistemático de documentos, ao contrário, são documentos esparsos, que nos oferecem informações sobre aspectos institucionais e burocráticos da vida escolar. Entretanto, tais documentos encerram importantes possibilidades analíticas.

Sobre as fontes encontradas e seus respectivos locais de guarda, podemos informar que no colégio Duarte da Costa, da Linha Peixe Baixo, foram encontrados três documentos, sendo dois Cadernos de Frequência Diária, correspondendo ao ano de 1961 a 1963 e aos anos de 1963 a 1967, e um Caderno de Registro de Matrícula composto por um Livro Ata.

No colégio Estado de Pernambuco foram encontrados dois documentos, um Caderno de Matrícula, e um Caderno de Frequência Diária.

No colégio Estácio de Sá, foram encontrados Caderno de Frequência Diária, Caderno de Matrícula, fotografias e um trabalho acadêmico da professora Marli T. Peliciolli Ascoli, o qual apresenta mapas e a história do município de Liberato Salzano, ilustrando as escolas do município e, fazendo um comparativo com as fotografias das antigas escolas, e as escolas atuais.

De modo geral, as fontes encontradas nas escolas, e no arquivo morto do município,

bem como nos demais locais onde pesquisamos, tais como Secretaria de Educação do município, Prefeitura Municipal, arquivos pessoais, todos têm sua importância. E, cada local, mesmo onde não encontrei fontes, nos diz muito, ainda que seja através de conversas informais com as pessoas que ali trabalham ou circulam. É, por essa via, sobretudo, que é possível depreender o fim que foi dado para as fontes, e também, a necessidade urgente daquilo que Saviani (2006) assinala como uma política de fontes para as instituições escolares, pois, na forma de atos isolados de preservação ou nas mãos de pessoas que não conhecem o valor dessa documentação para a história da educação e do município, os documentos “viram cinzas”.

Sobre as respectivas fontes encontradas nas escolas que estavam em funcionamento no Município de Liberato Salzano RS, do período em que abrange o recorte temporal de 1959 a 1968, foram encontradas fontes para a pesquisa em apenas três escolas: Escola Duarte da Costa localizada na Linha Peixe Baixo, Estado de Pernambuco, situado no Distrito de Pinhalzinho e Estácio de Sá, com endereço na Linha Xisto, sendo destas três escolas, a escola Duarte da Costa municipal e as demais estaduais.

Essas fontes indicam a identificação da escola, datações, números de alunos, nomes de alunos e professores, nome dos responsáveis, local onde foi construída a escola, município pertencente, indica também a divisão de meninos e meninas, dias letivos, atas, visitas, nome dos responsáveis pela escola, nome da rua, nota dos alunos, números de aprovados e reprovados, presença dos alunos, etc.

Ao analisar as fontes, tem-se uma compreensão sobre como era a organização da sociedade, como a figura masculina se sobressai, evidenciando que, naquele período, ainda que a presença feminina na escola já seja uma realidade, é a figura masculina que assina a responsabilidade, a tutela paterna, ainda que o cargo de professora seja ocupado, na maioria dos casos observados, por mulheres. Percebe-se, conforme apresenta a figura abaixo, o nítido domínio da figura masculina:

Figura 23. Caderno de Registro de Matrícula do ano 1961.

Registro de Matrícula										
Nº	NOME DO ALUNO	DATA NASCIMENTO	IDADE	SEXO	NACIONALIDADE	RELIGIÃO	ANO QUE VAI CUMPRIR	NOME DO PAI OU RESPONSÁVEL	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO
1	Inês Smaniotti	17-9-49	11	fem	B	cat	4º	Albino Smaniotti		R. J. de Aguiar
2	Alda M. "	13-6-54	9	"	"	"	2º	" "		" "
3	Maria "	1-12-58	11	"	"	"	2º	Paulo "		" "
4	Ana Passa			"	"	"	2º	Suz Passa		" "
5	Maria Passa	12-8-58	8	"	"	"	1º	" "		" "
6	Virginia Passa	2-		"	"	"	2º	" "		" "
7	Terezinha Passa			"	"	"	1º	" "		" "
8	Cecília Passa	2-9-51	10	"	"	"	1º	Albino Passa		" "
9	Luclina M. Rick	1-2-55	8	"	"	"	2º	Lucia Miller		" "
11	Florentina S. Miller	11-3-50	11	"	"	"	7º			" "
11	Nercindo dos Santos	4-7-50	13	"	"	"	9º			" "
12	Iranito dos Santos			"	"	"	9º			" "
13	Maria Capellette	25-2-50	13	"	"	"	3º	David Capellette		" "
14	Rosalda Alves			"	"	"	1º			" "
15	Alcina Muniz	3-6-50	13	"	"	"	1º	Arac Muniz		" "
16	Lenir Maria Bort	21-9-51	12	"	"	"	3º	Adão Bort		" "
17	Cecília Bort	22-12-58	10	"	"	"	3º	" "		" "
18	Maria S. Figueira	25-8-50	11	"	"	"	3º	João Figueira		" "
19	Lina Cantziga	5-7-50	13	"	"	"	1º	Alfonso Bort		" "
20	Maria Benaphie	21-1-53	10	"	"	"	1º	Alfonso Bort		" "
21	Vera Lucia Trentim			"	"	"	1º	Robalim Trentim		" "
22	Jorge dos Santos			"	"	"	1º			" "

Fonte: Acervo escolar Duarte da Costa, 2018

Figura 24. Caderno de Registro de Matrícula (1963).

Registro de Matrícula											
Nº	NOME DO ALUNO	DATA NASCIMENTO	IDADE	SEXO	NACIONALIDADE	RELIGIÃO	ANO QUE VAZ CURSAR	NOME DO PAI OU RESPONSÁVEL	RESIDENCIA	NACIONALIDADE	PROFISSÃO
27	Valdir Mariani			masculino	cat.	3º		Felício Mariani		agri.	
28	Jose C. Smanietto			"	"	1º		João S.		"	"
29	Rogério Pedrosa			"	"	2º		Frene Pedrosa		"	"
30	Alberto B. do Santos			"	"	1º		Belite B. dos S.		"	"
31	Adão de Mello			"	"	1º		Alfredo L. dos S.		"	"
32	Antonio dos Santos			"	"	2º				"	"
33	Sebastião da Costa			"	"	1º				"	"
34	Nelson José Borth	9-4-51/12		"	"	1º		Theophilo Borth		"	"
35	Berli José Borth	7-11-53/10		"	"	1º		"		"	"
36	Jonildo Trentim			"	"	1º		Natalina Trentim		"	"
37	Alacir Trentim			"	"	1º		"		"	"
38	Valdir Trentim			"	"	2º		"		"	"
	Nelson										
	Jose S.										
	Alacir										
	Valdir										

Fonte: Acervo escolar Duarte da Costa, 2018.

Ao analisar a fonte, nota-se que no caderno de Registro de Matrícula a distinção de gênero fica evidente, pede pelo nome do pai ou responsável, porém nenhum nome de mulher, consta como responsável, nessa e nas demais fontes encontradas.

Através desta fonte, percebe-se a divisão entre meninos e meninas, já dividindo no Caderno de Registro, meninos em uma página, e meninas em outra, segundo informação da aluna Maria Benachio, listada na linha 20, da figura 23, a divisão não era só no Registro de Matrícula, mas também na sala de aula. As salas eram separadas, meninos em uma sala, meninas em outra. Importante destacar que esse tema coeducação já havia sido tema de importante debate por vários intelectuais nos anos 20 e 30, ganhando consistência e visibilidade no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932.

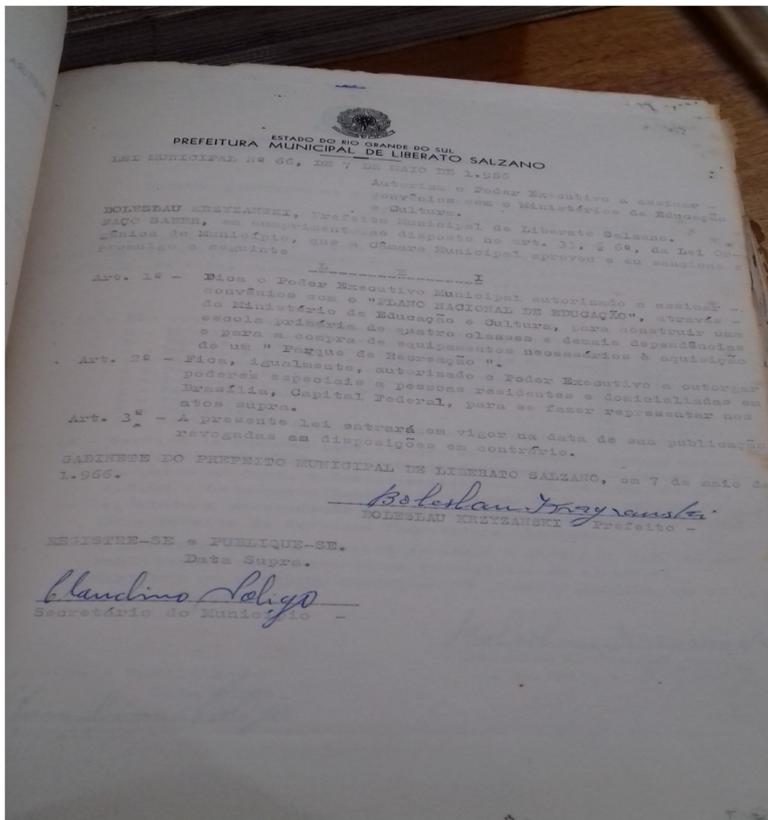
Também se percebe a figura do professor-(a) como a maior autoridade das comunidades. Em conversas informais com a professora Esne Pasa, uma das primeiras professoras a dar aula na escolinha da Linha Peixe Baixo, que também assina esse caderno como professora e posteriormente como diretora da escola, relatou sobre a importância da figura da professor-(a). Naquela ocasião, era um cargo de respeito, como uma “autoridade” da comunidade, em cujas mãos passavam todas as correspondências destinadas aos moradores da

comunidade em questão. Sobre os alunos, destaca o respeito ao professor, mas também a cultura do castigo, caso não obedecessem, eram castigados, colocados de joelho em cima do milho, isso tudo com aprovação dos pais.

Nota-se que a figura do professor-(a) tornava-se um representante do governo que era responsável por toda a informação pertinente ao governo que circulava na comunidade. Esse papel cresce após o início da Ditadura Militar, com a criação dos delegados nas comunidades, chamados os “dedo duros” que tinham a missão de informar o governo de tudo o que acontecia no contexto da comunidade.

Na busca por fontes no arquivo morto do município de Liberato Salzano, encontrou-se alguns documentos como Portarias responsáveis pela nomeação de professores e de Inspectores seccionais além da lei municipal nº66 de 7 de maio de 1966, que autoriza o poder executivo a assinar convênio com o ministério da educação e cultura, denominado Plano Nacional da Educação, para a construção de uma escola primária e a compra de brinquedos para o parque da escola, conforme a imagem a seguir:

Figura 25. Portaria de Autorização de Convênios entre a PMLS e MEC (1966)

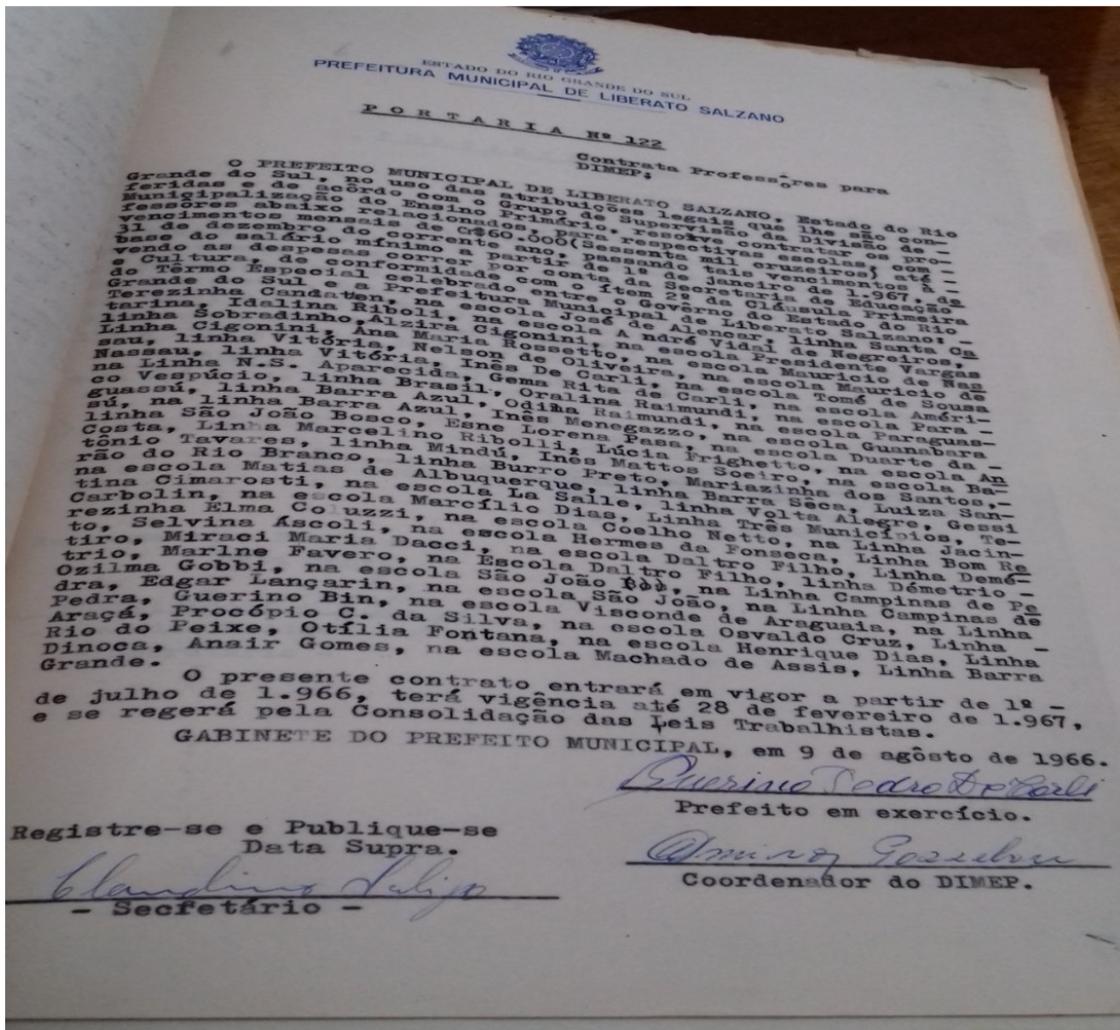


Fonte: Acervo Arquivo Morto do Município de Liberato Salzano, 2018.

Na lei anterior solicita a criação de uma escola através do Plano Nacional da Educação de 1966. Também no documento não está descrito onde seria construída esta escola, nem se a mesma foi construída efetivamente.

Outra portaria de nº 122 do dia 9 de agosto de 1966 constata a contratação de professores para o DIMEP (Divisão de Municipalização do Ensino Primário), tratando sobre a contratação de 25 professores distribuídos em diferentes espaços escolares. Dentre os profissionais contratados, 21 eram mulheres e 4 eram homens. Uma outra observação que o documento possibilita é a remuneração salarial de Cr\$ 60.000 (sessenta mil cruzeiros).

Figura 26. Portaria de Contratação de Professores para o DIMEP – 1966



Fonte: Acervo Arquivo Morto do Município de Liberato Salzano, 2018.

Pode-se perceber através do documento acima o nome das escolas e a localização das mesmas, os professores na assinatura do contrato já tinham a definição do local de atuação. O documento também indica que o contrato tinha duração de julho de 1966 e o término em fevereiro de 1967, demarcando um modelo de contratação temporária. Sobre a data da contratação, é importante destacar que a referida Portaria tem a data de assinatura no dia 9 de agosto de 1966, portanto, posteriormente ao início da contratação, o documento vem, assim, para justificar o que já havia sido efetuado. O documento vem assinado pelo prefeito em exercício Guerino Pedro de Carli, pelo Secretário da Educação Claudio Soligo e pelo coordenador do DIMEP.

Referente às buscas realizadas na escola Estácio de Sá, localizada na linha Xisto, os documentos que mais chamaram a atenção foram a lei da troca de nome da escola a qual já foi mencionada anteriormente, além de registros de movimento de classe, abaixo a imagem do registro de movimento de classe do ano de 1961.

Figura 27. Documento de Movimento da Classe - 1961

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS
1961

REGIÃO ESCOLAR 4º ENTRANCIA Final LISTA _____
UNIDADE ESCOLAR Escola Rural FONE _____
ENDEREÇO DA ESCOLA _____
CLASSE 3º
REALIZOU PROVA DE 1º ANO _____
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA 1 TURNOS _____
FUNCIONAMENTO DA CLASSE DURANTE O ANO 200 DIAS
TEMPO DE REGÊNCIA DE CLASSE DA PROFESSORA 200 DIAS
PROFESSORAS QUE REGERAM A CLASSE DURANTE O ANO (N.º): 1
LOCALIDADE S. Xisto Constantina DATA 11

MOVIMENTO DA CLASSE			N.º	Percent.
1. MATRICULA GERAL			15	
2. EVASÃO			4	
3. MATRICULA REAL			11	
4. COMPARECIMENTO AS PROVAS FINAIS			10	
5. NÃO COMPARECERAM AS PROVAS FINAIS			1	
6. TOTAL DE SUFICIENTES			3	
7. TOTAL DE INSUFICIENTES			2	
8. SUFICIENTES EM LINGUAGEM			3	
9. SUFICIENTES EM MATEMÁTICA			1	
10. SUFICIENTES EM ESTUDOS SOCIAIS			2	
11. SUFICIENTES EM CIÊNCIAS NATURAIS			2	
12. NÃO ALFABETIZADOS				
13. PORCENTAGEM DE SUFICIÊNCIA SOBRE A MATRICULA REAL			20%	
14. PORCENTAGEM DE SUFICIÊNCIA SOBRE O COMPAR. AOS EXAMES			25%	

SUFICIÊNCIA POR PARTES NAS PROVAS FINAIS

LINGUAGEM				MATEMÁTICA	
Partes	N.º de sufic.	Partes	N.º de sufic.	Partes	N.º de sufic.
Leitura	6	Gram. Func.	5	Problemas	5
Exercícios	5	Composição	3	Exercícios	2
Ditado	2			Cálculos	6

Amélia Maria Costa
Assinatura da Professora

Assinatura da Diretora

Fonte: Acervo Escola Estácio de Sá, 2018.

O referido documento demonstra o movimento da classe da escola rural de uma turma de 3º ano, localizada na Linha Xisto no ano de 1961, ainda pertencente ao município de Constantina, além destes dados é passível de constatação a quantidade de dias letivos no ano, totalizando 200 dias, assim como dados referentes à matrícula geral, que era de 15 alunos,

evasão de 4 alunos, matrícula real, como denominavam, 11 alunos, comparecimento as provas finais 10, quem não compareceu nas provas finais 1 aluno, total de suficientes 3, total de insuficiente 8, suficiente em Linguagem 3, suficiente em Matemática 3, suficiente em Estudos Sociais 4, suficiência em Ciências Naturais 8, não alfabetizados 0, percentagem de suficiência de matrícula real, 20%, percentagem de suficiência de comparecimento aos exames 25%. Este documento é assinado pela professora Inês Maria Costa.

Também foi encontrado o registro de movimento de classe de uma turma de 2º ano da escola rural do ano de 1962, como mostra a figura abaixo:

Figura 28. Documento de Movimento da Classe – 1962

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS
1961

REGIÃO ESCOLAR 4ª ENTRANCIA _____ LISTA _____
UNIDADE ESCOLAR Escola Rural FONE _____
ENDERECO DA ESCOLA _____
CLASSE 2ª
REALIZOU PROVA DE 2º ANO
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA 1 TURNOS
FUNCIONAMENTO DA CLASSE DURANTE O ANO 200 DIAS
TEMPO DE REGENCIA DE CLASSE DA PROFESSORA 200 DIAS
PROFESSORAS QUE REGERAM A CLASSE DURANTE O ANO (N.º) 1
OCALIDADE Secção Postal - Constantina DATA 2 de janeiro de 1962

MOVIMENTO DA CLASSE

	N.º	Percent.
1. MATRICULA GERAL	22	
2. EVASAO	4	
3. MATRICULA REAL	18	
4. COMPARECIMENTO AS PROVAS FINAIS	18	
5. NÃO COMPARECERAM AS PROVAS FINAIS	1	
6. TOTAL DE SUFICIENTES	8	
7. TOTAL DE INSUFICIENTES	6	
8. SUFICIENTES EM LINGUAGEM	8	
9. SUFICIENTES EM MATEMÁTICA	13	
10. SUFICIENTES EM ESTUDOS SOCIAIS	10	
11. SUFICIENTES EM CIÊNCIAS NATURAIS	10	
12. NÃO ALFABETIZADOS		
13. PERCENTAGEM DE SUFICIENCIA SOBRE A MATRICULA REAL	0,0%	
14. PERCENTAGEM DE SUFICIENCIA SOBRE O COMPAR. AOS EXAMES	46,5%	

SUFICIENCIA POR PARTES NAS PROVAS FINAIS

LINGUAGEM				MATEMÁTICA	
Partes	N.º de sufic.	Partes	N.º de sufic.	Partes	N.º de sufic.
Leitura	12	Gram. Func.	10	Problemas	10
Exercícios	11	Composição	9	Exercícios	11
Ditado	13			Cálculos	13

Assinatura da Professora _____ Assinatura do Diretor _____

Fonte: Acervo Escola Estácio de Sá, 2018.

O presente documento apresenta o movimento da classe da mesma escola rural citada anteriormente, de uma turma de 2º ano, no ano de 1962. As informações presentes no documento também indicam aspectos de matrícula, evasão e suficiência nas disciplinas escolares.

Assim, tem-se que a matrícula geral correspondia ao número de 22 alunos; a evasão de 7 alunos; Matrícula real de 15 alunos; comparecimento às provas finais 14. Alunos faltantes nas nas provas finais, 1 aluno; total de suficientes 8, total de insuficiente 6, suficiente em Linguagem 8, suficiente em Matemática 13, suficiente em Estudos Sociais 10, suficiência em Ciências Naturais 10, não alfabetizados 0, percentagem de suficiência de matrícula real 50%, percentagem de suficiência de comparecimento aos exames 46,6%. Este documento não contém assinatura do professor responsável.

No mesmo lugar de busca, encontra-se mais uma fonte que se refere ao movimento de classe da escola rural do ano de 1963, da turma do 2º ano.

Figura 29. Documento de Movimento da Classe – 1963

MOVIMENTO DA CLASSE		Nº	Porcent
1. MATRÍCULA GERAL		22	
2. TRANSFERÊNCIAS Pª OUTRA ESCOLA		0	
3. EVASÃO		7	31,8%
4. MATRÍCULA REAL		15	68,2%
5. COMPARECIMENTO AS PROVAS FINAIS		14	93,3%
6. NÃO COMPARECIMENTO AS PROVAS FINAIS		1	6,7%
7. TOTAL DE SUFICIENTES		8	53,3%
8. SUFICIENTES EM LINGUAGEM		8	100%
9. SUFICIENTES EM MATEMÁTICA		13	162,5%
10. SUFICIENTES EM ESTUDOS SOCIAIS		10	133,3%
11. SUFICIENTES EM CIÊNCIAS NATURAIS		10	133,3%
12. NÃO ALFABETIZADOS		0	
13. PORCENTAGEM DE SUFICIÊNCIA SOBRE A MATRÍCULA REAL		53,3%	
14. PORCENTAGEM DE SUFICIÊNCIA SOBRE O COMPAR. AS PROVAS		46,7%	

SUFICIÊNCIA POR PARTES NAS PROVAS FINAIS					
LINGUAGEM			MATEMÁTICA		
Partes	Nº de sulf.	Partes	Nº de sulf.	Partes	Nº de sulf.
Litura	8	Gram. Fase	0	Problemas	13
Exercícios	8	Composição	8	Exercícios	5
Diálogo	8			Cálculos	13

Fonte: Acervo Escola Estácio de Sá, 2018.

O documento acima também se refere ao movimento da classe da escola rural de uma turma de 2º ano, localizada na Linha Xisto, no ano de 1963. Também indica a quantidade de dias letivos no ano, totalizando 200, bem como os dados referentes a matrícula geral, que era de 20 alunos, evasão 2 alunos, matrícula real 18, comparecimento as provas finais 18, total de suficientes 12, total de insuficiente 6, suficiente em Linguagem 12, suficiente em Matemática 14, suficiente em Estudo Sociais 15, suficiência em Ciências Naturais 13, não alfabetizados 0, percentagem de suficiência de matrícula real 66,6%, percentagem de suficiência de comparecimento aos exames 66,6%. Este documento tem assinatura da professora Inês M. Costa.

Figura 30. Documento de Movimento da Classe – 1965

SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTACAO EDUCACIONAIS

LISTA DE CLASSIFICACAO
ANEXO 100.5

ESCOLA ESCOLAR: 202 ENTANCIA: LISTA A
UNIDADE ESCOLAR: Escola Rural Isolada POSE: NONE
ENDERECO DA ESCOLA: NONE
CLASSE: 5º
REALIZOU PROVA DE: 5º ANO (1º, 2º, 3º, 4º e 5º)
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA: 1 TURNOS
FUNCIONAMENTO DA CLASSE DURANTE O ANO: 2 DIAS
PROFESSORAS QUE REGERAM A CLASSE DURANTE O ANO: NONE
LOCALIDADE: Vila, Estacio, Salgans DATA: 2

MOVIMENTO DA CLASSE

	Nº	Porcent.
1. MATRICULA GERAL	6	
2. TRANSFERENCIAS PARA OUTRA ESCOLA	1	
3. EVASAO	0	
4. MATRICULA REAL	5	
5. COMPARECIMENTO AS PROVAS FINAIS	5	
6. NAO COMPARECIMENTO AS PROVAS FINAIS	-	
7. TOTAL DE SUFICIENTES	5	
8. SUFICIENTES EM LINGUAGEM	5	
9. SUFICIENTES EM MATEMATICA	5	
10. SUFICIENTES EM ESTUDOS SOCIAIS	5	
11. SUFICIENTES EM CIENCIAS NATURAIS	5	
12. PORCENTAGEM DE SUFICIENCIA SOBRE A MATRICULA REAL		100%
13. PORCENTAGEM DE SUFICIENCIA SOBRE O COMPAR. AS PROVAS		100%

SUFICIENCIA POR PARTES NAS PROVAS FINAIS

LINGUAGEM		MATEMATICA	
Partes	Nº de Sufic.	Partes	Nº de Sufic.
Lectura e Interpretacao	5	Conhecimentos Matemáticos	5
Conhecimentos Gramaticais	5	Problemas	5
Expressao Escrita	5	Calculo	5

Assinatura do Professor: *Olívio Maria Costa*

Fonte: Acervo Escola Estácio de Sá, 2018.

O último documento encontrado na escola Estácio de Sá foi o registro de movimentação de classe do ano de 1966, conforme figura abaixo:

Figura 31. Documento de Movimento da Classe – 1966

SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTACAO EDUCACIONAIS

LISTA DE CLASSIFICACAO
ANEXO 100.5

ESCOLA ESCOLAR: 202 ENTANCIA: LISTA A
UNIDADE ESCOLAR: Escola Rural Isolada POSE: NONE
ENDERECO DA ESCOLA: NONE
CLASSE: 5º
REALIZOU PROVA DE: 5º ANO (1º, 2º, 3º, 4º e 5º)
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA: 1 TURNOS
FUNCIONAMENTO DA CLASSE DURANTE O ANO: 2 DIAS
PROFESSORAS QUE REGERAM A CLASSE DURANTE O ANO: NONE
LOCALIDADE: Vila, Estacio, Salgans DATA: 12-12-1966

MOVIMENTO DA CLASSE

	Nº	Porcent.
1. MATRICULA GERAL	3	
2. TRANSFERENCIAS PARA OUTRA ESCOLA	0	
3. EVASAO	0	
4. MATRICULA REAL	3	
5. COMPARECIMENTO AS PROVAS FINAIS	2	
6. NAO COMPARECIMENTO AS PROVAS FINAIS	1	
7. TOTAL DE SUFICIENTES	3	
8. SUFICIENTES EM LINGUAGEM	3	
9. SUFICIENTES EM MATEMATICA	3	
10. SUFICIENTES EM ESTUDOS SOCIAIS	3	
11. SUFICIENTES EM CIENCIAS NATURAIS	3	
12. PORCENTAGEM DE SUFICIENCIA SOBRE A MATRICULA REAL		100%
13. PORCENTAGEM DE SUFICIENCIA SOBRE O COMPAR. AS PROVAS		100%

SUFICIENCIA POR PARTES NAS PROVAS FINAIS

LINGUAGEM		MATEMATICA	
Partes	Nº de Sufic.	Partes	Nº de Sufic.
Lectura oral	3	Conhecimentos Matemáticos	3
Lectura	3	Calculo	3
Conhecimentos Gramaticais	3	Problemas	3
Ditado	3		
Composicao	3		

Assinatura do Professor: *Olívio Maria Costa*

Fonte: Acervo Escola Estácio de Sá, 2018.

O documento citado anteriormente, também refere-se a Escola Rural Isolada da Linha Xisto, e a movimentação de classe da turma de 5º ano, no ano de 1966. Neste documento é possível perceber algumas lacunas nas informações sobre a matrícula geral e o número de evasão. Sobre a denominada matrícula real, o documento informa 3 alunos, total de suficientes 2, total de insuficiente 1, suficiente em Linguagem 3, suficiente em Matemática 3, sufici-

ente em Estudo Sociais 2, suficiência em Ciências Naturais 3, todos alfabetizados'. Este documento foi assinado pela professora Inês Maria Costa.

Importante destacar que há outras informações muito importantes nestes documentos que demandam um estudo analítico das fontes, estabelecendo relações e reflexões teóricas. São informações que tratam dos responsáveis pelos alunos, Nesse momento, nos limites desse trabalho, fizemos um percurso de buscas e mapeamento das fontes relacionadas à história da educação no município de Liberato Salzano, até um período em que haviam as escolas Brizoletas em funcionamento.

No âmbito dos Documentos de Frequência Diária, por exemplo, é possível visualizar a preocupação, ainda que não preenchida pelos professores, de informações como entradas tardias dos alunos, saídas cedo, faltas, aproveitamento, comportamento e aplicação.

No Documento Caderno de Matrícula, Registro de Frequência e Atas de Exames e Termos de Visitas, de 1962 e 1963, é possível encontrar informações da seguinte natureza: Nome, série, se é novo ou repetente na série; data de nascimento, idade/anos completos até 30/VI, nacionalidade, sendo brasileiro, declarar o Estado em que nasceu, aproveitamento, grau de aprovação, exclusão, motivos da exclusão, pessoa com quem reside (pai, mãe, tutor ou responsável), nacionalidade do pai, da mãe, profissão do pai, da mãe (ver indicador das profissões), instrução, primária, secundária, superior ou analfabeto.

3. AS BRIZOLETAS NO PROJETO EDUCACIONAL BRASILEIRO E OS SEUS RASTROS EM LIBERATO SALZANO

Para entendermos o desenrolar do projeto educacional *Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul* faz-se necessário pensar historicamente a educação no Brasil em suas primárias décadas, refletindo sobre um sistema educacional nacional ainda em construção, bem como, explicitações da situação em que se encontrava a educação no estado do Rio Grande do Sul até o início do governo Brizola em 1959.

A década de 1920 ficou marcada como o período em que o ensino primário passou por uma expansão. De acordo com Freitas e Biccias (2009), é o momento em que se multiplicam as reformas no âmbito educacional, ocorrendo assim, o aumento de diagnóstico sobre a educação, realizados através de inquéritos. Esses estudos são de imensuráveis importância, já que é o momento em que a educação e a sociedade têm um olhar por parte do estado.

Dois inquéritos produzidos neste período rebem destaques, um deles sobre a coordenação de Vicente Licínio Cardoso realizado em 1924, intitulado *Às Margens da história da República*, com o objetivo de fazer um balanço das ações republicanas. A constatação deste inquérito, acerca das condições em que o povo brasileiro se encontrava era no mínimo alarmante.

Um povo retardatário, doente, mal organizado, de péssimas finanças, vida econômica perturbada, cultura diminuta, lentidão de trabalho, atraso social, parasitismo político, não só desorganizada as suas relações no exterior, mas cria uma vida nacional deficiente, anárquica, pobre, senão mais ou menos servil e periclitante. (LEÃO CARNEIRO, 1924, apud FREITAS; BICCAS, 2009, p. 42).

Para se obter novas informações sobre a situação educacional do povo em 1926 um novo inquérito é realizado, agora sobre a orientação de Fernando de Azevedo. Este inquérito, produzido de acordo com Freitas e Biccias (2009, p. 43) “pronunciou com a dicção própria das elites paulistas um chamamento ao Estado para que assumisse o tema das reformas educacionais como questão pública”. Nessa perspectiva, os autores destacam sobre a natureza desse segundo inquérito o seu papel frente ao chamamento para o Estado assumir a educação no país, como um projeto.

Obrigar o estado a agir como reorganizador da esfera pública, tal documento também se tornou fonte para o estudo de outro tipo de demarcação social; demarcação esta que nasce no conjunto das falas que expressam uma preocupação com a ‘qualidade do povo a ser regenerado pela escola pública’. (FREITAS; BICCAS, 2009, p.43).

De acordo com os autores, o presente inquérito dirigido por Azevedo é um verdadeiro marco educacional do século XX, por ser um chamado ao estado e a iniciativa privada a assumirem a sua função pública, além de registrar as características de uma população que deveria ser educada e silenciada. Neste mesmo inquérito são realizadas críticas direcionadas a organização do ensino primário, além de demonstrar uma clara vinculação do “ensino secundário e lugar sociopolítico da classe média” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.44).

Os registros do inquérito de 1926 demonstram que a única maneira de melhora do cenário em que se encontrava a educação pública seria a de transformar o trabalhador em homem especializado. Até a revisão constitucional de 1926, segundo os autores, no Brasil os direitos relacionados ao acesso à educação primária não estavam consolidados, sendo assim, “não havia o que pudesse garantir a expansão, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino público” (FREITAS. BICCAS, 2009, p.46). Através da revisão constitucional de 1926 foi proposta uma ação por parte do estado para a “regulação de abrangência nacional para a educação primária, assim como o reconhecimento de que a gratuidade e a obrigatoriedade eram direitos sociais correlatados aos deveres do estado para todos os cidadãos” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.47). Este foi um marco importante para a educação porque através dele a educação primária deixou de ser apenas para a elite e passou a ser um direito para todos os brasileiros.

Mas, este acesso não garantia a igualdade de conhecimento como ainda ocorre até hoje, ou seja, era direito de todos terem acesso à educação primária, ao conhecimento básico, mas, como afirmam Freitas e Biccas (2009, p. 50) “ o povo podia até ter direitos, contanto que esse mesmo povo fosse devidamente conduzido; por isso a educação secundária e superior eram consideradas ‘exteriores ao interesse do próprio povo’”.

Diante deste cenário de disputa por projetos a respeito da consolidação da educação pública, inicia-se um movimento que ficaria conhecido como o escolanovismo, reconhecido por ser uma imagem moderna, representando, por vezes, oposição à Igreja Católica, mas também conciliação, visto que,

muitos escolanovistas eram católicos e muitos católicos não tinham tanta resistência assim aos princípios de renovação das práticas de escolarização. A tensão se acumulava na percepção que se generalizava de que a sociedade brasileira vivia um momento agudo de redefinição do alcance da ação pública por parte do estado. (FREITAS; BICCAS, 2009, p.51).

Todo esta tensão e disputa só favoreceu para que as propostas alternativas para o campo educacional fossem aniquiladas. Na virada da década de 1920 para 1930 a “Associação Brasileira de Educação foi palco de uma nova politização para algumas lideranças católicas e de um novo agrupamento político para outros educadores” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.52).

A década de 1930 inicia com mudanças políticas, sociais e econômicas como o objetivo de regular o país a um novo ciclo de desenvolvimento econômico, ocorrendo assim uma ligação direta entre educação e desenvolvimento. Diante disso, os autores Freitas e Biccas (2009, p.63) afirmam “[...] as ações predominantes na normatização da estrutura educacional brasileira traziam, a partir de então, características que seriam essenciais para o tipo particular de relações sociais que se consolidaram nas décadas seguintes.”

No ano de 1931, Getúlio Vargas nomeia Francisco Campos para ser ministro do Ministério da Educação e Saúde, este ministério ficou marcado, dentre outras coisas, por ter iniciativa no âmbito reestruturação do ensino secundário e superior. No decorrer de seu mandato como ministro, de acordo com Freitas e Biccas (2009) é proposto uma série de reforma e reorganização educacional, principalmente no que se refere ao ensino secundário e superior. Vale ressaltar que o acesso ao ensino secundário era extremamente dificultado por ter exames extremamente seletivo.

Em março de 1932 foi publicado o documento elaborado por mentores do movimento educacional que ficou marcado na história da educação brasileira como o Manifesto dos Pioneiros, cujos intelectuais assumiram uma identidade “como se fosse ‘um grupo’, portador de ‘uma’ visão conjunta de educação e que poderia ser identificado socialmente como grupo dos pioneiros da educação nova” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.71). Através do Manifesto, pode-se notar uma visão clara sobre

[...] a questão do financiamento estatal da escolarização pública, no Brasil. Seus temas mais “fortes” eram a garantia necessária para que a educação fosse efetivamente pública; laicidade para que a escola estatal pudesse ser legitimamente republicana; a obrigatoriedade para que a escolarização patrocinada orçamento público pudesse ser um projeto de construção da identidade social das crianças e jovens e fosse, por fim, baseada na coeducação para que expressasse sua abertura aos novos métodos e á modernização do trabalho docente. (FREITAS; BICCAS, 2009, p.74).

Mas, foi na promulgação da Constituição Federal de 1934, com o caráter democrático liberal, no seu artigo nº 140, que a educação se consolida como um direito de todos. Lá, está escrito assim: “art.140- a educação é direito de todos e dever ser ministrada pela família e

pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país”. (FREITAS. BICCAS, 2009, p.103). Quando se refere a obrigatoriedade do estado está relacionado ao dever do estado em destinar parte da sua arrecadação de impostos para o financiamento da educação.

Ainda no ano de 1934 Gustavo Capanema assume o ministério da Educação e Saúde. Durante se mandado foi responsável por mobilizar inúmeras estratégias relacionadas a “mobilização e organização das autoridades responsáveis pela educação em todas as esferas de poder governamental” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.109), porém, em 1937 o Brasil passa a viver sob um governo ditatorial com o golpe político de Getúlio Vargas e sua nova Constituição do Estado Novo, sendo que as reformas geridas por Capanema estão voltadas para a formação profissional, que ganham destaques com a criação de algumas entidades responsáveis pela profissionalização do ensino como “SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de 1942, SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) de 1946 e SESI (Serviço Social da Indústria) também 1946” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.121).

Se na constituição de 1934 o ensino primário era direito de todos e dever do poder público, com a nova constituição de 1937 ocorre uma modificação no texto referente a educação no seu artigo 125, onde passa a ser assim

[...] A educação integral da prole é o **primeiro dever e o direito natural dos pais**. O estado não será estranho a esse dever **colaborando de maneira principal e subsidiária**, para facilitar a sua execução se suprir as deficiências e lacunas da educação particular. (FREITAS; BICCAS, 2009, p.113, grifos no original).

Diante deste artigo nota-se uma transferência da educação para a família sendo esta a única responsável pela mesma enquanto o estado apenas vigia. Percebe-se uma contradição notória se na constituição de 1934 o estado aparece como um órgão zeloso pela educação pública, como o golpe de assume uma postura ditatorial, se isentando das funções públicas.

Até meados da década de 1940, segundo os autores Freiras e Biccas (2009, p.117), a grande maioria das escolas encontrava-se isoladas num país onde

o processo de (re) formação da escola estatal e de reorganização do ensino profissional conduziu-se num cenário contraditório, dentro do qual o estado que a quase tudo prescrevia e delimitava, ao mesmo tempo se desincumbia da educação pública.

Este período é marcado pela expansão do estado ao mesmo tempo em que em seus mecanismos de governo não tem a educação pública como uma obrigação. Assim foi até a promulgação das Leis Orgânicas de Ensino.

Nos anos de 1942 e 1946 ocorrem a promulgação das Leis Orgânicas de Ensino, onde mais uma vez fica evidente a seletividade que então torna-se estrutural no Brasil, a promulgação das Leis Orgânicas de Ensino permanecem vigente até o Golpe Militar de 1964. O tema central das Leis Orgânicas é a padronização, “os efeitos decorrentes desta essência transparecem na organização curricular nacional, na indicação de métodos de leitura a ser adotado, que era o método analítico-global também na arquitetura escolar” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.118), mas a homogeneização eram em todos os sentidos, desde a parte estrutural até a uniformização escolar. Vale destacar que as mudanças propostas pelas Leis Orgânicas não baniram a seletividade do ensino, apenas retirou obstáculos para a inserção da iniciativa privada.

Segundo Freitas e Biccás (2009) durante o ministério de Capanema buscava-se a evolução do país.

Tanto no âmbito das relações de trabalho quando no universo das realizações educacionais se embaralhavam as falas que pediam que o país arcaico pudesse ser “filtrado” num novo industrialismo e que a infância e a juventude, enquanto tempos sociais, recebessem escolarização conforme variações de aptidão, mérito e, na voz de muitos, conforme variações no “lugar social” de cada um. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 125).

Ocorrendo assim uma modificação no padrão de trabalho fabril, neste contexto o “sistema S” como ficou popularmente conhecido mais tarde, age no sentido da “reorganização racional tanto da produção quanto do ensino e treinamento de mão de obra, especialmente no que toca a juventude” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.125), o fato surpreendente é que os estados vivenciavam um momento de organização do ensino com as Leis Orgânicas, mas diante do sistema “S” tem-se uma inversão de papéis, passando para a iniciativa privada a educação profissional, o que encontrava-se nas entranhas deste projeto era justamente a ampliação de ganhos e a elevação dos níveis de controle sobre os trabalhadores.

Essa nova organização do mercado de trabalho influenciou diretamente na organização dos serviços educacionais do público, quem frequentava a escola pública sendo que na

[...] modalidade de educação para os alunos pobres: a educação profissional. A combinação entre as ações próprias às responsabilidades privativas da União em termos educacionais as ações próprias às circunstâncias regionais, confirmou não somente que os ensinos secundário e superior eram reservados às “mentes

condutoras”. Em muitos aspectos, a própria escolarização pública, em todos os níveis, ainda que em processo de expansão, parecia inóspita à maioria das crianças e jovens brasileiros. (FREITAS; BICCAS, 2009. p.127).

Diante deste contexto a escola pública passa a ser desejada pela população, porém manter as crianças na escola a partir do terceiro ano era um privilégio de poucas famílias em prosseguir com a formação, principalmente em decorrência da distância das escolas.

Logicamente o regime do Estado Novo por não agradar a todos passa a sofrer oposição que vem através de alianças de partidos, contra a ditadura Vargas, não aguentando a pressão em 1945 é deposto, inicia-se então um

Tempo de refazer a Constituição para desfazer o que a Carta de 1937 fizera em nome do arbítrio que sintetizava. Se a Carta do Estado Novo formalizava a renúncia do Estado diante do direito à educação, a Constituição de 1946 retomou os princípios da Carta de 1934 e reafirmou o Estado como responsável maior pela educação pública do país. (FREITAS; BICCAS, 2009, p.132).

Também nesta Constituição a União recebe por aparatos legais a deliberação para a criar diretrizes para a educação nacional. Sendo assim o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, elaborou entre os anos de 1947 e 1948 o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas entre o seu envio e a sua promulgação passaram-se treze anos, no ano de 1961 sob a Lei nº 4.024/61. Até a promulgação da LDB, a organização educacional para a “formação de professores e principalmente, um lugar reconfiguração da pesquisa nacional” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.133) ficou sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

O texto enviado para a aprovação da LDB traz consigo os temas centralização e descentralização, temas esses que afloram com a Constituição de 1946, segundo autores Freitas e Biccás (2009) descentralização tinha “[...] em certo sentido, o ‘tom’ utilizado pelo Ministro querer conciliar a descentralização com a ampliação de oportunidade para todos:” (p.133), a partir de então se inicia um processo de descentralização do ensino no cenário nacional aumentando os espaços escolares. Segundo Quadros (2003, p. 45)

Nesse sentido, a multiplicação dos prédios escolares a partir de 1946 foi notória. A título de exemplo, entre 1946 e 1969, o número de prédios escolares cresceu 376,71%, apresentando a seguinte progressão: 28.300, em 1946; 77.000, em 1958; 98.000, em 1962; 107.411, em 1964, e 134.909 em 1969.

Com o aumento de unidades escolares ocorre um aumento das oportunidades educacionais, ao, mesmo tempo que acontece uma regulamentação das atividades educacionais, sendo utilizada para fundamentar uma administração bem centralizada. Apesar da grande ampliação do número de escolas na década de 1950, o Brasil ainda não tinha atingido um nível de alfabetização desejado “chegando a colocar em dúvida a possibilidade de o país industrializar-se com os níveis educacionais que apresentava” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.139), ou seja, mesmo com a ligação da educação com a economia “realizava-se uma transposição excessivamente simples do conceito de economia para o campo da educação e a tônica ‘desenvolvimentismo’ passava a abranger inclusive o reconhecimento da importância da escolarização do povo” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.140).

Diante deste contexto educacional, segundo Quadros (2003) a situação da educação no Rio Grande do Sul era similar à do Brasil, mesmo sendo um dos estados mais desenvolvidos no tema, sendo superado apenas por São Paulo. O autor efetua alguns levantamentos, destacando que em 1950 a população gaúcha que vivia na cidade equivalia a 35,38% da população total do estado, em um período de dez anos a população urbana teve um aumento significativo passando a representar 45,66%. Nota-se um aumento da população urbana em relação a rural. Outra análise realizada pelo autor que merece destaque é que o “índice médio de analfabetismo era de 41,21% no meio urbano, atingia 25,38% no meio rural” (QUADROS, 2003, p.47), o nível de analfabetismos até teve uma queda, mas mesmo assim, em 1960 cerca de 58,4% da população gaúcha era analfabeta, o que pode se dizer que o estado tem uma contribuição marcante na expansão educacional

Das 9.925 unidades escolares instaladas no Estado em 1957, 8.814 (88,80) tinham caráter público; dos 21.972 professores, 18.668(84,66) estavam vinculado às escolas públicas, bem como 468.320(82,82%) dos alunos estavam matriculados nessas escolas, estaduais ou municipais. O ensino privado, por sua vez, mantinha 1.111(11,20%) das unidades escolares 3.304(15,34%) professores e 17,18% das matrículas, o que representava 96.007 alunos. (QUADROS, 2003, p.48).

Além desses dados, de acordo com Quadros (2003) o número de evasão escolar do ensino primário era de 19,64% entre os anos de 1950 e 1958, assim como a quantidade de reprovações 35,39%, somando estes dois dados pode-se concluir que 55,03% dos matriculados não completaram o ano escolar. Quando se faz essa análise, voltando o olhar para o meio rural era ainda mais frustrante porque havia aí um fator agravante, pela falta de espaços escolares, pela distância do mesmo, quando tinha e até mesmo pelas atividades agrícolas desempenhas pelas crianças.

No período que antecede o governo de Leonel de Moura Brizola tem-se um aumento do número de prédios escolares, quem em decorrência do mesmo ocorre um aumento no número de matrículas. Outro fator que merece ser destacado é que até 1958 os municípios arcavam com a grande maioria dos gastos da educação sendo “responsáveis por 61,89% das matrículas” (QUADROS, 2003, p.49), quanto “a formação do corpo docente também era, no mínimo, problemática. Em 1958, por exemplo, 54,66% do magistério estadual não possuíam nem mesmo o curso normal” (QUADROS, 2003, p.49), isso posto, podemos afirmar que as condições do sistema educacional gaúcho eram críticas.

A situação educacional rio-grandense quando Brizola assumiu o governo do estado em 1959, era precária, tendo como agravante do problema a seletividade já que as escolas estavam centradas nas cidades maiores, além da falta de escolas e o grande número de evasão escolar.

Nas eleições de 1958 quando Leonel de Moura Brizola foi candidato pela “coligação PTB-PSP-PRP” (QUADROS, 2003, p.51), a proposta de maior relevância defendida pelo candidato era sobre a educação, considerando que a trajetória do político sempre esteve interligada com a educação conforme demonstra Leite (2008 apud Moraes, 2014, p. 20) “O esforço pela educação foi a marca maior da vida de Brizola. Sua noção é que ela está na raiz da saída para o desenvolvimento e a própria crise brasileira. Sem educação, insistia, não há nada”. Brizola sempre acreditou na educação para que o Brasil prosperasse.

Com a vitória nas urnas assim que assumiu o governo de estado gaúcho “reestruturou a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), criando três subsecretarias: do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Técnico. [...] a SEC seria uma secretaria das mais importantes do governo” (QUADROS, 2003, p.52). Assim que tomou posse, organizou um grupo de trabalho para analisar a situação da educação no estado, o referido estudo apontou os principais problemas educacionais considerando que

[...] a população de 7 a 14 anos, residente no Rio Grande do Sul, em 1º janeiro de 1959, era em número de 1.003.830; o número de alunos frequentando escolas primária era de 730.735, assim distribuídos: 129.317 no ensino particular, 320.048 no ensino municipal e 281.370 no ensino estadual. Outra conclusão do relatório era de que levando em conta somente o número de crianças de 7 a 14 anos matriculados em todos os ramos de ensino, haveria um déficit escolar de 273.095 matrículas. (QUADROS, 2003, p. 52).

Basicamente o relatório apontou a falta de vagas, a falta de professores, a evasão escolar e o alto índice de analfabetos no estado. Se a educação dos estados fosse mantida neste ritmo o analfabetismo jamais seria sanado. Na tentativa de mudar essa triste realidade

foi elaborado o *Plano de Emergência do Ensino Primário*, cujo lema ficou conhecido pelo povo como *Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul*. O plano tem dois objetivos bem específicos, o primeiro, a alfabetização das crianças de 7 a 14 anos, o segundo, o de eliminar o analfabetismo no estado. Para que esses objetivos fossem alcançados, era necessário levar as escolas para além dos grandes centros.

O plano já mencionado anteriormente, em um primeiro instante também foi chamado do *Plano Duas Mil* porque o objetivo inicial era de construir duas mil escolas no período de dois anos. Para que se alcançassem as metas propostas pelo governo adotou-se cinco estratégias de ação: a primeira foi a criação da SEDEP – Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário; a segunda foi criação da CEPE - Comissão Estadual de Prédios Escolares; a terceira foi a contratação de professores; a quarta foi a aquisição de vagas em instituições privadas e a última foi a anuência de bolsas de estudo para o ensino primário, cada uma das estratégias tinha uma função bem definida no desenrolar do projeto.

O SEDEP era responsável pelo gerenciamento. De acordo com Quadros (2003, p. 55) “o grupo tinha a incumbência de oferecer orientação técnico-pedagógica e fiscalizar os trabalhos de execução do programa”, além de efetuar convênios com os municípios. Já a CEPE “tinha a incumbência de superintender, estudar, planejar, projetar, e executar as tarefas de conservação, reparos, adaptação, construção, reconstrução e aparelhamento dos prédios escolares” (QUADROS, 2003, p.56), podemos afirmar que a CEPE era o órgão responsável pela execução do programa.

Quanto a terceira estratégia, tratava da contratação de professores “entre 1959 e 1961, o quadro de professores teve um significativo crescimento” (QUADROS, 2003, p.68), mas o governo não estava preocupado apenas com o número de professores mas, também com a qualificação dos mesmos, sendo assim o SEDEP organizou um programa para capacitar os professores. O projeto era dividido em três etapas, conforme nos informa Quadros (2003). A primeira contemplaria encontros regionais com o objetivo de elucidar as atividades realizadas; a segunda, a realização de reuniões com a SEDEP para o estudo de provas realizadas pelos alunos; a terceira, a realização de cursos intensivos para a formação docente com o objetivo de aperfeiçoamento do mesmo.

A quarta estratégia foi muito comum durante o governo de Brizola, era efetuada uma troca entre o governo e as entidades particulares, o estado cedia professores ou repassava “recursos destinados à construção ou aparelhamento de prédios para entidades mantenedoras de escolas particulares em troca de vagas para os alunos excedentes da escola pública”

(QUADROS, 2003, p.70). A última ação está ligada a quarta estratégia, o governo concedia bolsas de estudo aos alunos do ensino primário.

Para a execução de todo este programa necessitava de uma boa quantidade de recursos então

[...] O governo se utilizou de quatro expedientes principais para o financiamento do programa educacional: a) recursos orçamentários; b) recursos do II Plano de Obras vinculado a taxa de educação; c) recursos provenientes do repasse do Fundo Nacional do Ensino Primário e d) recurso do fundo social da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). (QUADROS, 2003, p.74).

No decorrer de seu governo Brizola destinou um bom percentual orçamentário para a educação. O carro-chefe de investimento no programa foi o II Plano de Obras do Estado, sendo responsável por 28,75% dos recursos disponíveis do projeto.

Através dessa parceria, o governo se mostrava representado, e quase todos os municípios do Rio Grande do Sul firmaram acordo com o governo Brizola, conforme nos apresenta Silva (2015, p. 42) “iniciou em fins de 1959, com 51 acordos e que no decorrer de 1960, mais 96 foram firmados, somando 147 acordos especiais para um total de 152 Municípios que compunham o estado”. Foi em um destes acordos que Liberato Salzano fez a parceria com o governo e foram construídas as escolas no município, não foi possível encontrar a documentação que trata-se desta parceria entre o governo do estado e o município, pode-se supor que uma das razões para a perda deste documento está atrelada a questão da emancipação política do município em 1964 e as escolas iniciaram suas construções em 1960. Essa ausência de fontes também relaciona-se a um projeto de preservação e de narrativa histórica, visto que a Ditadura Militar teve início em 1964, justamente no ano em que o município tem a sua emancipação.

3.1 Os rastros das Brizoletas em Liberato Salzano

Conforme expusemos nos capítulos anteriores, a busca pelos rastros das Brizoletas no município de Liberato Salzano nos conduziu a algumas frustrações, especialmente pelo apagamento da histórica. Uma das marcas mais visíveis são as antigas construções, distribuídas nas comunidades do interior do município.

De acordo com documentações escolares, a primeira escola a funcionar no município de Liberato Salzano a ter uma sede própria foi a escola Grupo Escolar da Sede no ano de 1953, localizada na cidade que até então se chamava de vila Baitaca, cujo nome foi

modificado posteriormente para Liberato Salzano. Nota-se pela data, que a presente escola foi construída anteriormente a chegada das Brizoletas, porém, esta atendia apenas alunos que eram moradores do Distrito de Baitaca. Esta escola atendia alunos do 1º ao 4º ano.

Pode-se afirmar que o primeiro registro da expansão escolar em sede própria fora da cidade foram as Brizoletas, já que a escola mencionada era a única a funcionar em sede própria, também se tem registro de escolas no interior antes da chegada das Brizoletas, porém funcionavam em lugares cedidos pelos moradores das comunidades.

Segundo o mapa ilustrativo do trabalho acadêmico da professora Marli T. Pelicioli Ascoli (1998) chegaram a ter 37 escolas no município de Liberato Salzano. Atualmente no município apenas sete estão em funcionamento. Destas escolas somente três possuíam algum registro de fonte, as que fecharam a documentação dessas escolas não foram preservadas, ou estão guardadas em algum lugar que a pesquisa não teve acesso, porém essas escolas apenas ficaram na lembrança das pessoas que estudaram no local.

Figura 33. Mapa ilustrativo de todas as escolas de Liberato Salzano:



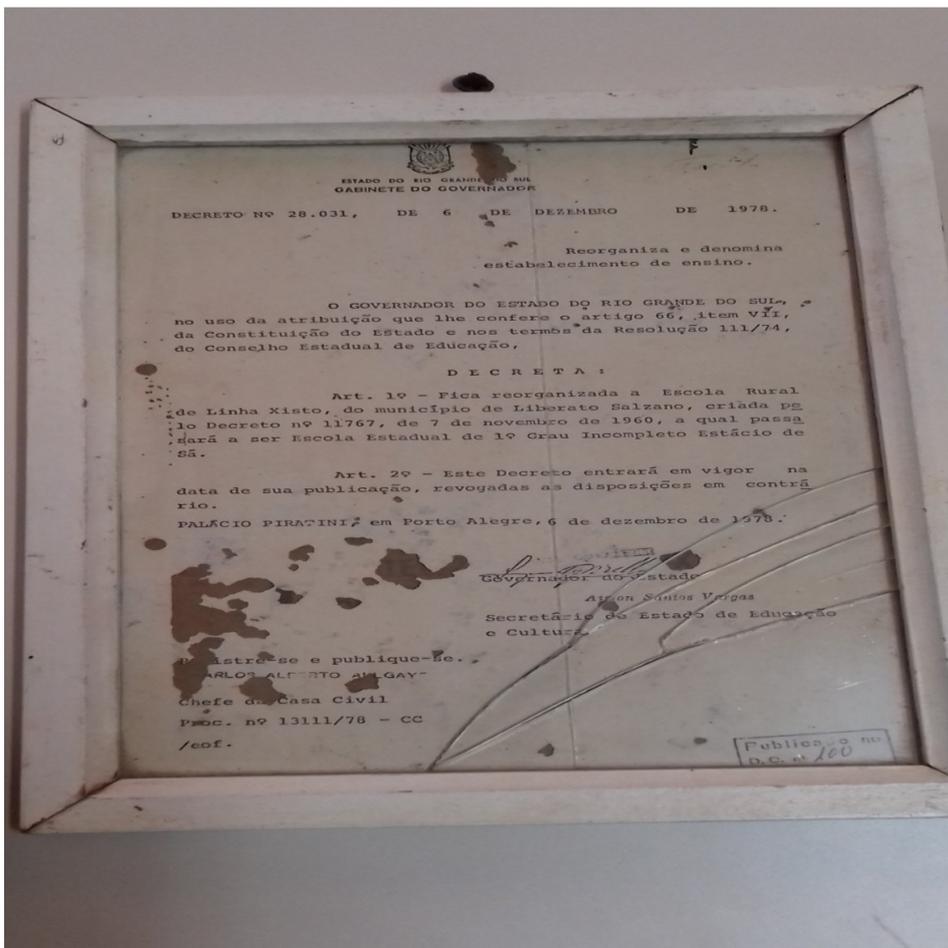
Fonte: Acervo pessoal: professora Marli T. Pelicioli Ascoli, 2010.

O mapa ilustrativo representa as escolas distribuídas nas comunidades do interior do município de Liberato Salzano.

As escolas Brizoletas quando construídas foram chamadas de escola rural e escola isolada. Estes são apenas dois exemplos de nomes que eram postos nas escolas, vale a pena ressaltar que as primeiras escolas do município, em seu nome não homenageavam autoridades, somente a partir do início do regime militar que se tem documentos que

demonstram a troca de nome das antigas escolas, a fotografia abaixo trata do decreto Nº 28.031 de Dezembro de 1970. Esse decreto troca de nome a escola da Linha Xisto, de Escola Rural Linha Xisto, para Escola Estadual de 1º Grau incompleto Estácio de Sá.

Figura 34 Decreto da lei de mudança de nome da escola da Linha Xisto.



Fonte: Acervo Escola Estácio de Sá, 2018.

A autoridade homenageada, foi Estácio de Sá, um militar Português, do período colonial. Outras escolas também trocaram de nome nesse período, porém, não se tem documentação do decreto das trocas de nomes das demais escolas, mas alguns nomes permanecem até hoje nas escolas que ainda estão abertas.

O capitão do mato Henrique Dias, um negro liberto, que por lutar em várias guerras, é considerado um dos fundadores das forças armadas deu nome a escola da Linha Dinoca, hoje localizada no bairro Flórida.

Duarte da Costa, era um representante da coroa Portuguesa, o segundo que administrou politicamente o Brasil colônia, sendo homenageado no colégio da Linha Peixe Baixo.

Tomé de Souza, o primeiro a assumir politicamente o Brasil colônia, deu nome a escola da Linha Via Barca, depois transferido para o Bairro Flórida, onde permanece até os dias atuais.

Os rastros das Brizoletas estão em evidência também na memória da população Salzanense, sendo que a grande maioria da documentação desapareceu, e dos prédios escolares no município de Liberato Salzano restou apenas um com as características das escolinhas Brizoletas, os demais foram desconstruídos.

No local onde existiam as antigas Brizoletas escolinhas de madeira do Governo de Leonel de Moura Brizola, no final da década de 1960, até início da década de 1970, foram desmanchadas as escolas de madeira e construídas no lugar, prédios escolares de alvenaria.

Muitos dessas escolas de alvenaria espalhadas pelo interior do município, estão em ruínas, sem utilização há bastante tempo. Algumas servem de moradias, outras foram doadas para as comunidades, outras, destruídas para fazer lavoura no local. São rastros deixados em todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul, mas podemos afirmar que em Liberato Salzano, local onde a presente pesquisa tem como foco principal, o descaso com o dinheiro público fica evidente quando se percebe tantas obras públicas abandonadas ao acaso, se desmanchando através da ação do tempo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho aqui desenvolvido discutimos as escolas Brizoletas no município de Liberato Salzano, Rio Grande do Sul. Buscou-se mapear as fontes encontradas nas escolas que estavam em funcionamento, ao mesmo tempo que apresentamos algumas incursões analíticas.

Vale ressaltar que a documentação encontrada foi pouca, especialmente se considerarmos o número das chamadas escolinhas do Brizola que foram construídas no município e o amplo recorte temporal. A pouca documentação que se encontra preservada traduz uma visão oficial, visto que, são registros emitidos pelo Estado. Não foi possível localizar Cadernos de Planejamento ou até mesmo atividades dos alunos realizadas na época.

Por meio das mesmas podemos também perceber que as Brizoletas chegaram representando uma concepção de progresso e modernidade para uma região até então esquecida pelo estado.

A educação pública ainda não havia chegado ao interior do estado e o povo camponês carecia de educação básica para as crianças e adultos, o estado buscava o desenvolvimento, mas para que isso acontecesse era necessário que o número de analfabetos diminuísse. Diante disso, podemos concluir que as escolas representaram uma evolução para o povo, mas, com certeza quem mais se beneficiou foi o Estado que conseguiu avançar no seu projeto de desenvolvimento.

Com certeza o projeto *Nenhuma criança Sem Escola no Rio Grande do Sul* não solucionou todos os problemas educacionais do Estado, nem ao menos atingiu a meta proposta pelo governo sendo que “os índices de evasão e repetência permaneceram inalterados e, em alguns casos até se aprofundaram” (QUADROS, 2003, p.102), mas não se pode negar que as contribuições realizadas durante o governo de Brizola são as de maior evidência, já realizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Pode-se dizer que o projeto teve êxito, já que “ [...] Brizola estava imbuído de uma poderosa convicção pessoal, que motivava à ação, de que a educação era a melhor estratégia para a superação do subdesenvolvimento”(QUADROS, 2003, p.103). Ou seja, Brizola queria elevar o nível do Estado em relação ao cenário do índice de analfabetismo.

Isso ia ao encontro do alto índice de analfabetos, como já mencionado anteriormente, nível este que chegou a ser posto como dúvida para um desenvolvimento econômico. Brizola

acreditava que a educação proveria o desenvolvimento e dessa maneira, os dois andariam entrelaçados.

As escolas Brizoletas deixaram um rastro profundo, haja vista que até os dias atuais ainda ecoam suas memórias. Pode-se mesmo afirmar que mostraram um novo caminho para a população interiorana, vindo ao encontro das crianças.

Hoje nós estamos vivendo um período inverso, a educação está voltando a se situar apenas nos grandes centros, por conta do êxodo rural. A população camponesa diminuiu consideravelmente, a juventude procurou novos rumos e os novos modelos de gestão, pautados no interesse de uma “gestão eficiente”, concluem ser mais econômico fechar as escolas do campo.

Nesse sentido, sobressaem a falta de incentivos públicos e políticas voltadas à pequena propriedade rural, para que houvesse a permanência e continuidade no campo. Os filhos dos agricultores não estão dando sequência ao trabalho que os pais realizavam, migram para a cidade em busca de estudo e melhores condições de vida.

Este trabalho procurou abordar e trazer para o meio acadêmico a temática da história educação no município de Liberato Salzano- RS a partir do estudo das Brizoletas. Sabendo que ainda existe muito campo de pesquisa sobre a história da educação, bem como das Brizoletas, muitas pesquisas poderiam ainda abordar esse tema trazendo para a discussão inúmeros aspectos, que demandam um olhar aprofundado sobre as fontes mapeadas, outros levantamentos que permitam conhecer as escolas que ainda estão recebendo alunos, ou ainda as escolinhas Brizoletas que resistiram ao tempo e se tornaram patrimônio cultural ou histórico.

REFERÊNCIAS

- ASCOLI, Marli T. Peliciolli. **Memória do município de Liberato Salzano**. 1998. 30f. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (trabalho acadêmico). MIMEO.
- BERTO, Édine. **Escola Estadual Valentim Berto**. 2014. 90 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal da Fronteira, Erechim, RS, 2014.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FERNANDES, V. S. **A Emergência de um Líder Nacionalista A Atuação Parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestre em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.
- FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo. Ed. Cortez, 2009.
- GLENISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 4º ed. Dipel, São Paulo, 1983.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1 jan./jun., 2001, p. 9-43.
- LEITE, Miriam Moreira. Fotografia e memória; entrevista com Miriam Moreira Leite. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 13, vol.20, p. 339-354, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas>. Acesso em 28 jun. 2019.
- LIBERATO SALZANO. **Prefeitura Municipal de Liberato Salzano**. Página institucional. Disponível em: <http://liberatosalzano.rs.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- MORAES, L. B.. **Representações Culturais Sobre a Brizoleta do Instituto Rio Branco em Porto Alegre**. 2014. 90 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/101740>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- MORAES, L. B. **Brizoleta: um passeio pela memória, patrimônio cultural e educação**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.
- ORSO, Paulino José. História, Instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na história da educação. In: SILVA; ORSO; ET. AL. **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória história**. Campinas, SP: ed. Alinea, 2013, p.33-48.
- QUADROS, Claudemir de. **Brizoletas: A Ação do Governo de Leonel Brizola na Educação Pública do Rio Grande do Sul (1959-1963) – Nenhuma Criança sem Escola no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, Curso de Pós-Graduação em Educação, Passo Fundo, 1999.

QUADROS, Claudemir de. BRIZOLETAS: A AÇÃO DO GOVERNO DE LEONEL BRIZOLA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL (1959-1963). **Revista Tei-
as**. Rio de Janeiro, p. 1-12, jan.- jun. 2000. Disponível em: [https://www.e-publicacoes.u-
erj.br/index.php/revistateias/article/view/23870/16843](https://www.e-publicacoes.u-
erj.br/index.php/revistateias/article/view/23870/16843). Acesso em: 15 jan. 2017.

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande**: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

RODRIGUES, W. G. de M. “**Nenhuma Criança sem Escola no Rio Grande do Sul**”: os Reflexos da Política Educacional de Brizola No Município de Bagé/RS. 2015. 90 f. Monografia (Especialização em Educação e Diversidade Cultural) - Universidade Federal do Pampa, Bagé, RS, 2015.

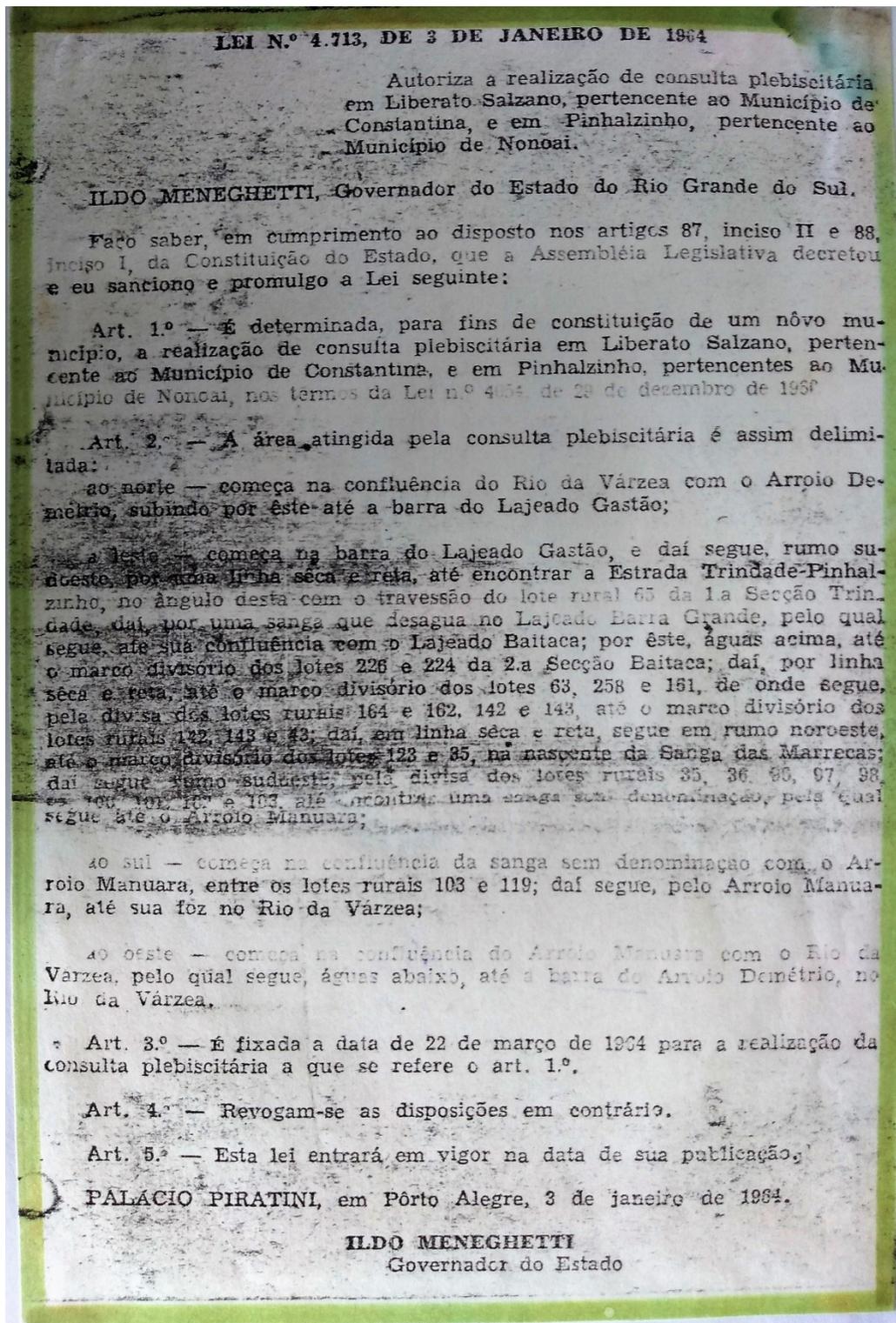
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes.2012.

SAVIANI, Demerval. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. Revista HISTEDBR. Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas, especial, p. 28-35, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em 27 jun. 2019.

SILVA, M. A. M. **A Última Revolução: O Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963**. 2015. 208 f. Tese (Especialização em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

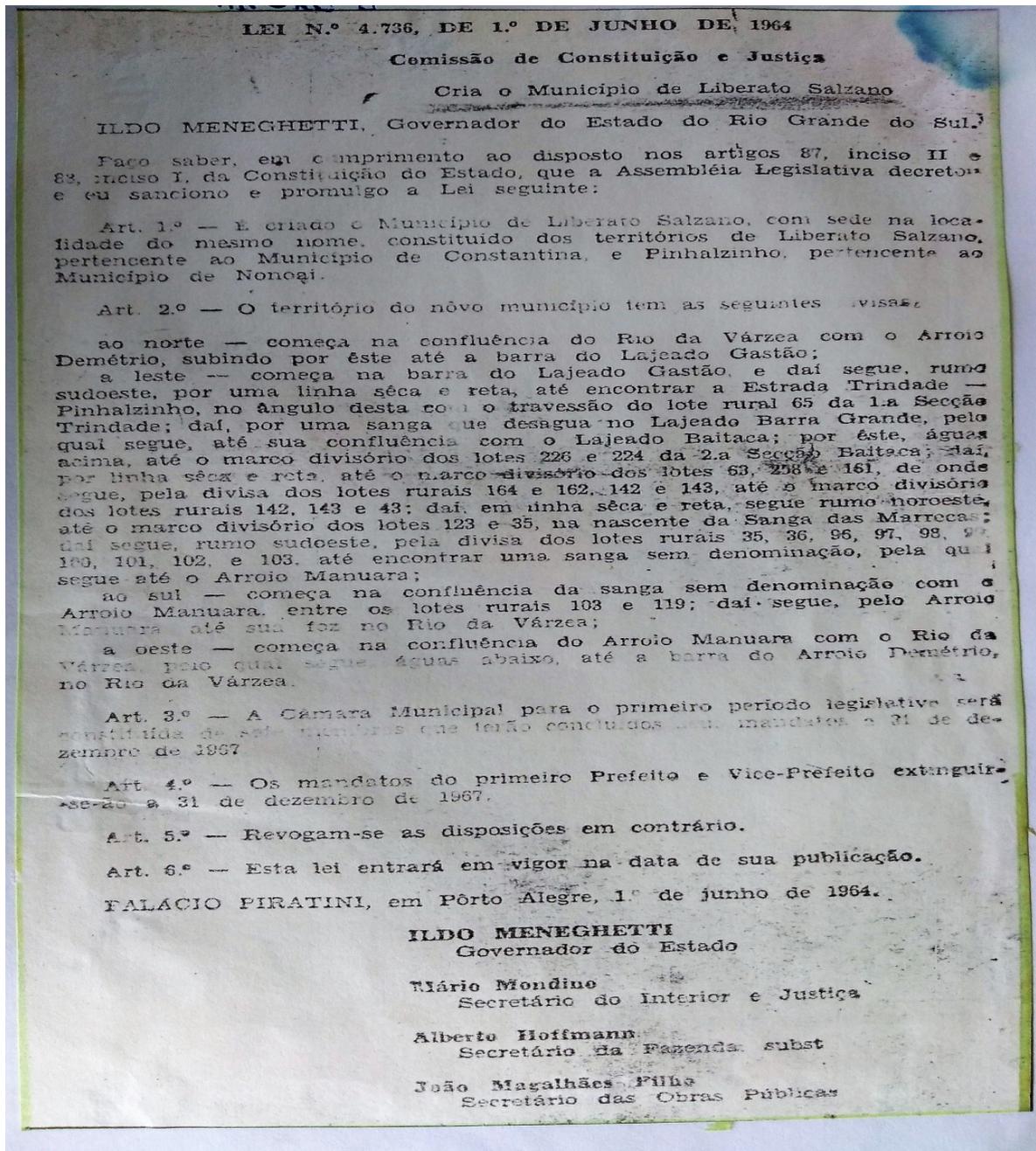
VICISSITUDES. In: <<https://www.sinonimos.com.br/vicissitude/>>. Acesso em 05 de jun.

ANEXO A – Lei Nº 4713, de 03 de janeiro de 1964



Fonte: acervo pessoal Marli T. Peliciolli Ascoli

ANEXO B – Lei Nº 4736, de 1º de junho de 1964



Fonte: acervo pessoal Marli T. Peliciolli Ascoli

ANEXO C – Carta de Apresentação


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899, (49) 2049-6584
www.uffa.edu.br

Chapecó-SC, 10 de julho de 2018.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Senhor (a),

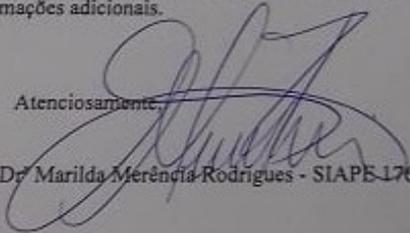
Ao cumprimentá-lo, cordialmente, vimos respeitosamente apresentar o acadêmico Renato da Silva, matrícula 1321721049, estudante do curso de Graduação em Licenciatura em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, que, atualmente, desenvolve uma pesquisa sobre as escolas Brizoletas, no município Liberato Salzano – RS, que consubstanciará o seu Trabalho de Conclusão de Curso, sob minha orientação, a ser defendido publicamente ao final do segundo semestre de 2018.

O referido trabalho de pesquisa busca, por meio de fontes documentais, conhecer um pouco da história da educação do município. Para isso, o estudante necessita conhecer os vestígios documentais conservados que tratam especificamente do período de instalação e implantação das Brizoletas nessa cidade.

Assim sendo, pedimos a colaboração de Vossa Senhoria para que o estudante tenha acesso aos documentos e arquivos ligados à educação do município para que possa tratar adequada e cientificamente a escrita da história da educação.

Agradecemos desde já pela atenção dispensada e colocamos-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,



Prof.ª Dr.ª Marilda Merência Rodrigues - SIAPÉ-1767811